



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Curso de Ciências Econômicas

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**EFEITOS DA PANDEMIA COVID-19 NA AGRICULTURA FAMILIAR EM
MARIANA - MG**

Iago Luciano Estevam Inácio

Mariana – MG

2022

Iago Luciano Estevam Inácio

**EFEITOS DA PANDEMIA COVID-19 NA AGRICULTURA FAMILIAR EM
MARIANA - MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Dra. Francisca Diana Ferreira Viana.

MARIANA - MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

I35e Inácio, Iago Luciano Estevam.
Efeitos da pandemia COVID-19 na agricultura familiar em Mariana -
MG. [manuscrito] / Iago Luciano Estevam Inácio. - 2022.
66 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. Francisca Diana Ferreira Viana.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Ciências
Econômicas .

1. Agricultura familiar. 2. Vírus - Isolamento. 3. Mariana (MG). I. Viana,
Francisca Diana Ferreira. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III.
Título.

CDU 330.34

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



FOLHA DE APROVAÇÃO

Iago Luciano Estevam Inácio
Efeitos da Pandemia Covid-19 na agricultura familiar em Mariana

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Economia.

Aprovada em 06 de janeiro de 2022

Membros da banca

Profa. Dra. Francisca Diana Ferreira Viana - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Profa. Dra. Anelise Andrade de Souza - Membro (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Paulo Roberto Oliveira - Membro (Universidade Federal de Ouro Preto)

A Profa. Dra. Francisca Diana Ferreira Viana, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 19/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Diana Ferreira Viana, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 19/01/2022, às 16:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0270187** e o código CRC **2E108C41**.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço aos meus pais que sempre investiram no meu estudo e me proporcionaram a oportunidade de mudar para Mariana para estudar, e também ao Sr. Luiz Inácio Lula da Silva por abrir espaço para um negro de escola pública cursar o ensino superior em um país tão repleto de desigualdades.

A minha companheira Camila, por todo apoio e compreensão durante os anos de graduação, minha querida irmã Isadora e aos meus filhos de outra espécie: Toddy, Shelby e Catniss, pelo carinho de sempre (mediante petiscos).

A todos os professores da UFOP que fizeram parte da minha formação e em especial a Prof.^a Marisa Alice Singulano, pelos ensinamentos e paciência durante toda a nossa longa trajetória de trabalhos, desde o projeto de extensão Circula Agricultura em 2018 até o presente momento.

E a todos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para que eu alcançasse essa conquista.

“Eu fiz essa poesia e vou mostrar o meu valor. Se você é da cidade ou mesmo do interior, vamos prestar uma homenagem a todo agricultor.

Você pode ser um soldado, um cabo, pode ser um delegado, um juiz, ou um promotor, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser empregado, pode até ser um aposentado, pode ser um padre, um estudante ou um professor, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um artista, pode ser um jornalista, pode ser um radialista, pode ser um prefeito ou um vereador, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um secretário, pode ser um operário, pode ser um farmacêutico, enfermeiro ou doutor, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um governo, um engenheiro, um advogado, pode ser um motorista ou um cobrador, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um bancário, pode ser um gerente ou um técnico de futebol, pode ser o melhor jogador, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Você pode ser um deputado, um empresário, um ministro ou um senador, mas seu alimento vem das mãos do agricultor.

Olhe até mesmo a galinha come o milho e o gado come a palma, come o capim, mas foi nós quem plantou, por isso eu digo: toda nação depende do agricultor.”

O agricultor e o alimento (Mané de Maninho, Porto da Folha-SE)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipologia dos mercados da agricultura familiar.

Tabela 2 - Estratégias para minimizar o impacto negativo decorrente das ações para controle da pandemia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF - Agricultor Familiar

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESLAQ - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IA - Insegurança Alimentar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEA - Núcleo de Estudos em Agroecologia

NUPEDES - Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PENSSAN - Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SA - Segurança Alimentar

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Roteiro de entrevista para os agricultores familiares.

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entregue aos entrevistados.

Anexo 3: Cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil, com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP (CEP/UFOP).

RESUMO

Este trabalho se propõe analisar o efeito da pandemia do Covid-19 sobre o acesso aos mercados, a produção de alimentos e a condição de vida dos agricultores familiares de Mariana, município de Minas Gerais. A pesquisa se orienta teoricamente pela temática da construção social dos mercados e da inserção mercantil dos agricultores familiares. A pesquisa se justifica pela relevância da agricultura familiar no desenvolvimento socioeconômico rural, contribuindo para a geração de emprego e renda e para a permanência das pessoas no campo, além da preocupação com a segurança alimentar e nutricional da população devido os efeitos da pandemia sobre o abastecimento alimentar. A metodologia utilizada neste trabalho foi de ordem qualitativa, conciliando uma revisão de literatura acerca do tema e a realização de entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares de Mariana. Por meio da análise de conteúdo das entrevistas, foi possível identificar restrições significativas de acesso aos canais de comercialização dos agricultores familiares, o que colaborou para a redução da renda durante a crise sanitária.

Palavras-chave: agricultura familiar, mercados agroalimentares, pandemia de covid-19.

ABSTRAT

This paper aims to analyze the effect of the Covid-19 pandemic on access to markets, food production and the living conditions of family farmers in Mariana in Minas Gerais. The research is theoretically guided by the theme of the social construction of markets and the mercantile insertion of family farmers. The research is justified by the relevance of family farming in rural socioeconomic development, contributing to the generation of employment and income and the permanence of people in the countryside, in addition to the concern with the population's food and nutritional security due to the effects of the pandemic on the food supply. The methodology used in this work was qualitative, combining a literature review on the topic and semi-structured interviews with family farmers in Mariana. Through the content analysis of the interviews, it was possible to identify significant restrictions on access to the marketing channels of family farmers, which helped to reduce income during the health crisis.

Keywords: family farming, agrifood markets, covid-19 pandemic.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS MERCADOS PARA AGRICULTURA FAMILIAR.....	15
1.1 Mercados e a agricultura familiar.....	15
1.2 Políticas públicas para comercialização de produtos da agricultura familiar no Brasil.....	21
CAPÍTULO 2 – AGRICULTORES FAMILIARES EM TEMPOS DE COVID-19.....	27
CAPÍTULO 3 – AGRICULTURA FAMILIAR EM MARIANA DURANTE A PANDEMIA	33
3.1 O contexto da agricultura familiar em Mariana	33
3.2 Os efeitos da pandemia na agricultura familiar de Mariana	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	56
ANEXOS.....	61

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata dos impactos da pandemia de Covid-19 sobre as condições de vida de agricultores familiares, considerando especificamente as formas de acesso a mercados, na cidade de Mariana, Minas Gerais. Inicialmente, a proposta de pesquisa visava analisar a inserção dos agricultores familiares de Mariana nos mercados da região e suas consequências socioeconômicas. Contudo, devido ao cenário de pandemia vivenciado no Brasil e no mundo desde o ano de 2020, foi necessário readequar a proposta para que se pudesse produzir uma análise mais realista do momento vigente no país em relação ao bem estar dos agricultores familiares. Dessa forma, foi mantido o tema referente à inserção mercantil da agricultura familiar, mas reformulado o problema de pesquisa e seus objetivos.

Assim, a pesquisa que apresentamos visa responder a seguinte pergunta: quais foram os efeitos da pandemia sobre a produção, a comercialização de alimentos e as condições de vida dos agricultores familiares em Mariana? Os objetivos do trabalho foram: discutir o acesso dos agricultores familiares aos mercados e as políticas públicas com incidência sobre a comercialização, considerando o momento pré-pandêmico e possíveis mudanças durante a pandemia; observar e analisar os efeitos econômicos e sociais da pandemia na produção, na comercialização e nas condições de vida dos agricultores familiares (AFs) de Mariana e discutir as políticas públicas e ações de incentivo destinadas ao desenvolvimento da agricultura familiar nesse contexto. Para alcançar esses objetivos foi realizada uma pesquisa fundamentada na revisão de literatura referente ao tema da inserção mercantil da agricultura familiar, com recorte para o campo das políticas públicas de comercialização recentes no Brasil e para a temática dos efeitos socioeconômicos da pandemia. A pesquisa é de caráter qualitativo, baseada em entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares de Mariana cujo conteúdo foi trabalhado a partir da análise de conteúdo.

A relevância deste trabalho se deve à escassez de análises produzidas acerca do assunto abordado, levando em conta a especificidade histórica recente do acesso ao mercado de incentivo público e as implicações da pandemia sobre essas formas de comercialização.

Como apontam Schneider e Niederle (2008, p. 990), até a década de 1990, a própria referência à agricultura familiar no Brasil era quase inexistente, os termos usados para qualificar a categoria social eram os de pequeno produtor, produção de subsistência ou produtor de baixa renda, fazendo-se necessária a produção de pesquisas acerca do tema para que sua legitimidade social fosse reafirmada.

No contexto atual, faz-se necessário não apenas reconhecer a existência da agricultura familiar, mas compreender as condições de sua reprodução social. Desta forma, a intenção deste estudo é discutir a agricultura de base familiar em tempos de pandemia, considerando a relevância dessa categoria social no espaço agrário e a importância do acesso aos mercados para a promoção não só da equidade e da inclusão social, como também de uma maior e diversificada oferta de alimentos, produzidos sob práticas sustentáveis, à população (MALUF, 2004, p. 317).

O trabalho se divide em três capítulos, sendo que o primeiro trata do tema da inserção mercantil da agricultura familiar, bem como das políticas públicas, em um momento recente no Brasil, com foco na comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar. Em tal capítulo, apresentamos uma tipologia de mercados da agricultura familiar proposta por Schneider (2016) que foi utilizada como referência para a análise dos dados da pesquisa. Esse capítulo é baseado em uma revisão da literatura, especificamente sobre o caso brasileiro, sobre o tema.

O segundo capítulo, baseado em revisão da literatura recente, aborda o tema dos agricultores familiares em tempos de Covid-19, os desafios enfrentados e a forma como a agricultura familiar foi afetada pela crise sanitária. Nesse capítulo, damos destaque ao trabalho de Cavalli e colaboradores (CAVALLI et al, 2020) que trata dos impactos das medidas sanitárias e de restrição de circulação sobre a produção e a comercialização de alimentos provenientes da agricultura familiar e desenha estratégias para a mitigação dos efeitos e recuperação do setor. Este artigo foi retomado na análise como uma referência para avaliar os impactos da pandemia sobre os agricultores de Mariana e a existência (ou não) de medidas de apoio à agricultura familiar no município.

O terceiro capítulo trata do caso particular dos agricultores familiares de Mariana durante a pandemia e seu acesso aos mercados, observando os efeitos da crise sanitária sobre as condições de comercialização de sua produção e sobre suas condições de vida. Esse capítulo concentra a análise e a apresentação dos resultados da pesquisa empírica realizada. A pesquisa contou com metodologia descritiva e qualitativa, apoiada

nos estudos de referências sobre o tema da agricultura familiar e enfrentamento da pandemia de Covid-19. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares do município a partir de um roteiro elaborado e aprovado pelo comitê de ética responsável, constituído por questões que abordam as formas e canais de comercialização acessados pelos agricultores e os efeitos da pandemia sobre estes mercados¹.

O público a ser entrevistado foi definido, primeiramente, buscando representar a diversidade da agricultura familiar em Mariana, baseando-se em informações de pesquisas do NUPEDES e em minha experiência de trabalho na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, no período de julho de 2018 até outubro de 2021. Nesse período, pude observar a existência de diferentes categorias que compõem o todo da agricultura familiar no município, quais sejam: agricultores familiares convencionais; agricultores com produção orgânica e agroecológica; agricultores atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão; mulheres, em especial lideranças femininas na agricultura familiar; produtores de leite e gado e agricultores assentados². Durante o período de realização das entrevistas buscou-se verificar a saturação das respostas, visando perceber quando as informações se tornavam repetitivas e definir o número de agricultores entrevistados. Devido às condições sanitárias ainda vigentes no período da realização da pesquisa de campo, o número de entrevistados foi reduzido (total de seis entrevistados), mantendo-se, contudo, a preocupação em representar a diversidade que compõem a agricultura familiar de Mariana e o critério de saturação para as informações mais relevantes para a pesquisa, ou seja, aquelas referentes ao acesso a mercados.

A respeito das entrevistas semiestruturadas, realizadas entre outubro e novembro de 2021, cabe ressaltar que foram aplicadas em campo seguindo todos os protocolos sanitários necessários para a ocasião, conforme normas recomendadas pelo Programa Minas Consciente, considerando a fase ou “onda” em que o município de Mariana se encontrava no momento da pesquisa, neste caso o município estava na “onda verde”. De modo geral, os protocolos sanitários que foram seguidos previam a utilização de máscara, bem ajustada e cobrindo boca e nariz; a manutenção de no mínimo 2 metros de distância de outras pessoas sempre que possível; garantir a ventilação natural e a

¹ CAAE 50373821.1.0000.5150, data de aprovação no CEP: 30 de outubro de 2021.

² Essas categorias tem uma função analítica, mas na realidade um mesmo agricultor pode se enquadrar em mais de um tipo.

renovação do ar, com portas e janelas bem abertas ou sistema de circulação de ar; limpar bem as mãos e as superfícies com água e sabão, álcool 70% ou similares; disponibilizar álcool 70% ou similar para limpeza das mãos. O mesmo se aplicou para a coleta da assinatura do TCLE.

Após a coleta de dados, partiu-se para a análise de conteúdo que se deu em três etapas, cujo desenvolvimento e resultados são apresentados também no terceiro capítulo.

Por fim, o trabalho se encerra com considerações finais onde se avaliam os impactos gerais da pandemia sobre a agricultura familiar de Mariana e indicam-se possíveis caminhos para a mitigação dos efeitos socioeconômicos e para a recuperação do setor.

CAPÍTULO 1 - CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O presente capítulo trata da relação entre mercados e agricultura familiar, considerando os diferentes tipos de mercados com os quais os agricultores se relacionam, bem como os fatores institucionais e políticas públicas que incidem sobre a construção e estruturação desses mercados.

1.1 Mercados e agricultura familiar

Para Schneider (2016, p. 95), os mercados são parte de processos sociais de produção e reprodução das atividades econômicas e das unidades familiares, influenciando na vida das pessoas, em sua cultura, moldando e modificando instituições, sendo motivo também para conflitos, protestos e disputas. Diante da realidade social em que os mercados estão inseridos, a relação dos agricultores familiares nesses espaços é composta de particularidades e desafios. Ainda segundo o autor citado, a definição de agricultor familiar pode ser compreendida como:

Do ponto de vista sociológico, os agricultores familiares se caracterizam por uma forma social específica de trabalho e produção que se situa em um espaço geográfico definido e que consiste na interação de um grupo familiar, ligado por laços de parentesco, com a terra e os outros meios de produção, do mesmo modo que com outras unidades familiares e grupos sociais. (SCHNEIDER, 2016, p. 95).

O mesmo autor discute a importância histórica dos vínculos mercantis para os agricultores familiares ou pequenos produtores. Esses, no contexto europeu, tiveram um acesso difícil aos mercados na era pré-moderna devido à relação de servidão predominante na época. Schneider (2016, p. 106) aponta que apenas mais tarde, com a crise dos regimes feudais, os agricultores iniciaram uma relação com os mercados através das Cidades-estados. O excedente antes confiscado agora era trocado ou vendido nas comunidades vizinhas e pequenos burgos emergentes. A dificuldade em sair do meio rural e da sua rotina de plantio para vender seus produtos era tão grande quanto a significância da nova relação que se estabelecia, mesmo com o pouco entendimento de comércio e sendo a maioria dos agricultores analfabetos.

No contexto de constituição da sociedade moderna, a discussão sobre a participação dos agricultores nos mercados emergentes, bem como os efeitos dessa participação sobre tal formação social, foram amplamente discutidos por autores do campo da Economia Política e da nascente Sociologia. Segundo Schneider (2016, p. 113), a literatura marxista, a começar pelos trabalhos de Lênin e do próprio Marx, apontam o caráter erosivo da mercantilização para os camponeses. A passagem da venda de excedentes para a produção direcionada ao mercado, segundo os cientistas sociais, inicia um processo tardio de mercantilização e monetização das relações econômicas que transforma a família e a comunidade rural ao longo do tempo, onde a troca incessante das mercadorias entre usuários oculta a identidade de quem as criou e produziu assim como o valor subjetivo atribuído.

Os antropólogos também destacaram a relação dos produtores com os mercados como, por exemplo, Robert Redfield (1941) que em seus estudos sobre as comunidades rurais do México mostrou que a cultura agrícola passaria por mudanças à medida que sua interação com as cidades se aprofundasse, e uma das maneiras pelas quais a transformação ocorreria seria através do incremento do comércio de excedentes.

Schneider (2016, p. 107) nos traz ainda as reflexões de sociólogos como Henry Mendras (1978) e Theodor Shanin (1973) que enxergam as relações externas dos camponeses com os mercados como importante fator de mudança da sua própria condição social, concordando com o fato de que a passagem da venda de excedentes para a produção direcionada para o mercado desencadeou um processo de mercantilização e monetização que repercutiu sobre a família e sobre a comunidade rural, resultando em sua transformação no decorrer do tempo.

Para além da consideração sobre os efeitos potencialmente desestruturantes da inserção mercantil sobre as formações sociais camponesas e de agricultores familiares, a discussão atual tem se centrado na análise do processo de construção social dos mercados e das diversas formas de inserção dos agricultores em mercados plurais. Tal abordagem se contrapõe à visão econômica ortodoxa baseada no princípio da racionalidade dos agentes econômicos e do equilíbrio de mercado, este compreendido como um modelo abstrato e universal. A partir desta abordagem, são considerados os fatores que favorecem ou restringem as relações dos produtores com os mercados levando em conta o nível de imersão em relações sociais, culturais e de poder. De tal

modo, essa abordagem se distingue também do viés marxista que considera a inserção nos mercados como o princípio do fim do campesinato.

No Brasil, essa abordagem tem sido adotada por diversos pesquisadores do meio rural e da agricultura familiar. Maluf (2004, p. 305) aponta a diferença dos enfoques econômicos convencionais e aqueles em que os mercados são pensados como resultado de construção social. O autor considera a relevância da análise que passa a se pautar em elementos como os processos que levam à construção do próprio valor dos produtos, as relações estabelecidas entre os agentes (produtivos, comerciais e financeiros) assim como a instituição das formas associativas, unindo produtores e demais envolvidos na produção e na distribuição dos alimentos.

Ainda em seu trabalho, Maluf (2004, p. 305) afirma que o conjunto diversificado das atividades produtivas desenvolvidas pela agricultura de base familiar exige uma combinação da abordagem clássica de tipo setorial com o conceito da dimensão espacial-territorial da atividade produtiva e das relações mercantis derivadas. No Brasil, os mercados acessados pela agricultura familiar sofrem pelos efeitos diretos da abertura comercial unilateral e da constituição do Mercosul, não obstante, o autor também observa a ausência de mecanismos protetores ou de políticas de reconversão produtiva, o que gera impactos negativos no preço dos seus produtos e na ocupação de parcelas de seus mercados.

Partindo do ponto de vista da construção social dos mercados, as questões tradicionais a respeito do mercado como remuneração da atividade agrícola pelas agroindústrias e exploração dos atravessadores, unem-se a outras relacionadas aos mercados, com enfoque no funcionamento, nas condições de acesso, nas barreiras à entrada, nas formas de institucionalização e nas possibilidades de criação de novos mercados (OLIVEIRA; MELLO, 2006 *apud* GASTAL et al, 2014, p. 318).

A abordagem da construção social dos mercados é creditária do pensamento de Polanyi (2000, p. 92), sobretudo de sua noção de *embeddedness* (imersão ou incrustação). Polanyi nos leva a uma compreensão da economia como processo instituído, ou seja, as configurações econômicas são imersas e produzidas a partir do social e, portanto, variam histórica e espacialmente. De acordo com Polanyi (2000, p. 67), destacam-se três princípios de integração na organização social do processo econômico. O primeiro, baseado na reciprocidade e na simetria, descreve os movimentos de bens e serviços entre grupos que compartilham normas

comportamentais como os agrupamentos de parentesco, amizade, envolvimento associativo ou cooperação. O segundo princípio é o da redistribuição, baseado na centralidade que apresenta o movimento de bens e serviços a um único centro onde é redistribuído através de regras e mecanismos de controle. O terceiro é baseado no intercâmbio ou troca, princípio que descreve o movimento de bens e serviços entre diversos e diferentes pontos no sistema caracterizando o mercado como a forma de integração e padrão de alocação dos recursos, sendo feito através da compra e venda e seus mecanismos de preços e poder de compra.

Considerando a realidade da agricultura familiar e levando em conta os princípios mencionados, Schneider (2016, p. 115) constrói uma tipologia dos mercados acessados por agricultores familiares no Brasil baseada no grau de integração e inserção nos mercados, além do tipo e do destino do que é produzido. Evidenciando as relações sociais dominantes e a forma como elas se articulam, o autor apresenta uma tipologia que tem em seus extremos:

- De um lado as relações de troca de famílias que atuam basicamente com os recursos produtivos endógenos, como a força de trabalho e instrumentos de produção e não produzem com a finalidade de vender e sim para uso próprio.
- Por outro lado, as unidades familiares que mobilizam recursos através dos mercados adquirindo insumos, utilizam meios de produção baseados em tecnologia e força de trabalho contratada e produzem exclusivamente para vender.

O cruzamento entre variáveis resulta em uma tipologia formada por quatro tipos de mercados em que os agricultores familiares se inserem que são apresentados a seguir.

Os **mercados de proximidade** são aqueles onde predominam relações de troca entre pessoas, realizadas via relações de parentesco, conhecimento e reciprocidade valorizando mais os aspectos valorativos e qualidade dos bens trocados do que o lucro. De acordo com Schneider (2016, p. 123) os mecanismos de circulação e distribuição de produtos e mercadorias comercializados buscam o deslocamento físico mais restrito possível, sendo realizado preferencialmente "*on spot*" (no local). Esses mercados se conformam em locais específicos, como povoados rurais e pequenos municípios, e suas trocas materiais estão imersas em relações socialmente construídas na reciprocidade e interconhecimento, atuando também como dispositivos de controle e regulação.

Mercados locais e territoriais se configuram por trocas monetizadas tendo a situação de intercâmbio cada vez mais orientada pela oferta e demanda, os agentes produzem para vender ou trocam para ganhar, sendo um exemplo de economia mercantil simples. Neste caso, a distribuição e a circulação dos produtos deixam de ser feitas por quem produz e passa a existir um intermediário na transação por meio dos atravessadores, que utilizam de mecanismos de controle e regulação para manter sua influência e garantir a compensação de seus interesses e custos, como preços diferenciados, certificado de produtos, entre outros. Feiras regionais e espaços públicos para venda, como os leilões, são exemplos deste mercado.

O terceiro tipo, **os mercados convencionais**, é caracterizado por mercados de produtos, bens e mercadorias que se orientam pela oferta e demanda de poderosos agentes privados, que realizam negócios em variados níveis e modos com o objetivo de vender para comprar e vice-versa. Diferente dos mercados territoriais, estes dispõem de local físico, com o campo de atuação nas esferas da distribuição e da circulação nacional e global, bastando existir oferta e demanda e ser possível fazer lucro. Os agricultores que se inserem nestes mercados são altamente dependentes de contratos a montante (produção) e a jusante (distribuição), especialmente os que produzem *commodities*.

Os agricultores familiares têm se inserido de forma crescente no Brasil nos **mercados públicos e institucionais**, este quarto tipo de mercado tem como principal agente o Estado ou alguma organização pública. Os mercados públicos, mesmo com o alto grau de regulamentação e controle, são destinos de grande interesse para os produtos e mercadorias dos agricultores, pois são fortemente dirigidos pela demanda, o que tende a elevar os preços pagos e com a garantia de receber o pagamento. Estes mercados, por sua vez, não possuem um local específico de atuação, são criados para atender a demandas como a da alimentação escolar, compra de produtos para cestas básicas ou então atender equipamentos públicos como hospitais.

Os quatro tipos de mercados da agricultura familiar se diferem entre si pelo tipo de agricultor que os acessa, local e alcance espacial, formas de regulação ou controle e os canais de comercialização utilizados. Schneider (2016, p. 127) apresenta um quadro que ilustra as relações descritas anteriormente, elencando os tipos de mercados com suas características de interação:

Tipologia dos mercados da agricultura familiar

	Tipo de agricultor familiar	<i>Locus</i> e/ou alcance espacial	Natureza das trocas/ modelo de negócios	Forma de regulação	Canais de comercialização
Mercados de proximidade	Camponês; Produtor de excedentes	Spot; Venda Direta; Somente Local	Interpessoal + Solidário	Confiança + Amizade	- Na propriedade (colhe-pague); - No domicílio/casa - Beira estrada; - Entrega direta; - Feira local; - Grupos Consumo
Mercados locais e territoriais	Agricultor familiar; Produtor simples de mercadorias	Spot; Local, regional e territorial	Diversificado + Complementariedade	Reputação/ Confiança + Procedência + Preços	- Feira regional; - Feira nacional; - Redes de Venda; - Eventos; - Loja especializada; - Restaurantes; - Associação vendas - Sacolão
Mercados convencionais	Produtor de mercadorias	Sem lugar definido; <i>Placeless/ Unbond</i>	Concorrencial	Contratos + Preços	- Atravessadores; - Cooperativa; - Agroindústria; - Empresa privada; - Internet; - Supermercados
Mercados públicos e institucionais	Todos os tipos de fornecedores	Multiespacial	Licitatório, Seleção Pública	Contratos públicos + Leis	- Alimentação Escolar; - Fair trade; - Órgãos internacionais (FAO; PMA); - ONGs; - Hospitais, Universidades, Forças Armadas - Entidade Assistencial; - Estoques governo

Fonte: SCHNEIDER (2016, p.127).

Os quatro tipos de mercados da agricultura familiar apresentados genericamente podem ser detalhados pela diferença do tipo de agricultor que os acessa, o *locus* ou alcance espacial, a natureza ou características dos mercados, as formas de regulação ou controle existentes e os canais de comercialização utilizados. De um ponto de vista sociológico, os tipos de mercados mencionados são analisados pela relação entre as variáveis de integração aos mercados e o tipo e destino do que é produzido, o processo

social em curso possibilita observar as relações sociais dominantes e como elas se articulam.

Aprofundando mais a tipologia dos mercados da agricultura familiar é pertinente observar o alcance físico-espacial, que nos mercados de proximidade é em sua maioria local, nos territoriais há presença local e regional, nos mercados convencionais praticamente não há lugar e nos mercados públicos-institucionais a espacialidade é multivariada. Em relação a natureza das trocas, elas referem à natureza da produção e a finalidade atribuída por quem a realiza, perpassando por relações interpessoais, às vezes apoiados em laços de reciprocidade, passa por formas diversificadas e complementares, até as concorrenciais e as licitatórias (SCHNEIDER, 2016, p.126).

Por fim, os diversos canais de comercialização apresentados, uma vez que são socialmente construídos, coexistem com distintos mecanismos de regulação e controle, as instituições. Em um espaço de trocas de proximidades as relações são baseadas no interconhecimento e na confiança mútua dos indivíduos, uma governança parecida nos mercados locais e territoriais com a adição de dispositivos como convenções ou denominações de procedência e preços arbitrados. Nos mercados convencionais e institucionais as formas de regulação são necessariamente contratuais e legalmente formalizadas, recorrendo a mediadores externos para garantia do controle e rastreabilidade. Nos mercados institucionais, o papel do Estado enquanto agente regulador e promotor de políticas públicas é essencial, o que passaremos a discutir a seguir. Ao final do trabalho retomaremos a tipologia para interpretar os resultados de nossa pesquisa empírica.

1.2 Políticas públicas para a comercialização de produtos da agricultura familiar no Brasil

Segundo Grisa e Schneider (2014, p. 128), desde a segunda metade da década de 1950, o governo brasileiro potencializou a sua estratégia de industrialização pelo processo de substituição de importações, onde o país passava a produzir internamente o que antes importava, em uma medida nacional-desenvolvimentista. O Estado produziu diversas ações como a criação de infraestruturas estatais, políticas macroeconômicas e setoriais e, também, atuou como agente financeiro promovendo a transformação da

estrutura industrial. Contudo, no início da década de 1960, tal estratégia apresentou sintomas de crise em razão das dificuldades no abastecimento interno, sendo que o setor agrário possuía rígida oferta quando comparado ao forte crescimento da demanda por produtos primários derivado da industrialização e da urbanização.

Desta crise, duas reflexões emergem acerca dos entraves encontrados. A primeira delas, geralmente apresentada por acadêmicos, políticos e movimentos sociais ligados aos agricultores e trabalhadores agrícolas, era a necessidade de um conjunto de reformas de base, sobretudo a reforma agrária para a dinamização do mercado interno. Já em contraposto e sustentado pelas elites agrárias e militares que tomaram o governo federal, surge o referencial setorial brasileiro orientado pela modernização tecnológica da agricultura que predominaria na orientação das ações do Estado no setor agrícola e pecuário nos próximos 20 anos (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 129).

Sobre o argumento de que a agricultura precisava se modernizar para desempenhar sua função no desenvolvimento econômico do país, um conjunto de ações e políticas públicas foram desenvolvidas, como o crédito rural, garantia de preços, seguro agrícola, incentivos fiscais às exportações, subsídio à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento de infraestruturas para incremento da produção. Grisa e Schneider (2014, p. 129) apontam diversos estudos (DELGADO, 2010; GRAZIANO DA SILVA, 1999; GONÇALVES NETO, 1997; KAGEYAMA *et al.*, 1990; GUEDES PINTO, 1978) que tratam de como essas medidas possuíam caráter triplamente seletivo, beneficiando principalmente os médios e os grandes agricultores, produtores de itens direcionados à exportação, ou interesses de grupos agroindustriais.

Os autores afirmam ainda que, durante os vinte anos de ditadura militar, os representantes da sociedade civil vinculados à agricultura familiar não possuíam espaço na arena pública para discutir e construir em conjunto com os gestores públicos as políticas para a categoria social. Não obstante, no final dos anos 1980, o Estado brasileiro sofreu intensas mudanças político-econômicas devido à crise política e financeira que perduraria até a década de 1990. Como medida para enfrentar a crise, um novo referencial global pautado no liberalismo impôs novas estratégias para a ação governamental: desregulamentação das atividades econômicas, liberalização dos mercados e privatização das estatais. No caso da agricultura, algumas medidas se destacaram por ameaçar as condições de reprodução social e econômica da agricultura familiar:

(a) a liberalização comercial e o desmonte do modelo de intervenção do Estado prevalente até a década anterior, implicando em redução do volume de recursos aplicados nas políticas agrícolas, liquidação da política de formação de estoques reguladores e queda nas tarifas de importação de produtos alimentares e algodão; (b) a criação da Mercosul em 1991, que afetou negativamente sobretudo a produção agropecuária dos estados do Sul, notadamente o setor lácteo, tritícola, vitivinícola e a fruticultura, atividades típicas de pequenas propriedades, que sentiram dificuldades de competir com a produção dos países vizinhos; (c) a adoção do plano real em 1994, o qual provocou queda da renda real do setor agrícola de 20% a 30% no primeiro semestre de 1995; (d) a valorização da taxa de câmbio, associada ao grande volume de recursos disponíveis no sistema financeiro internacional e as elevadas taxas de juros domésticas, as quais favoreceram o aumento das importações de produtos agrícolas e o decréscimo das exportações (MATTEI, 2014; PICOLOTTO, 2011; DELGADO, 2010 apud GRISA; SCHNEIDER, 2014, p. 130).

A Lei Agrícola que começou a ser elaborada durante o debate constituinte de 1988, incorporou algumas demandas dos representantes da agricultura familiar reconhecendo a diversidade dos agricultores brasileiros e previu a construção de uma política agrícola diferenciada para os pequenos produtores. Porém, a Lei Agrícola priorizou em sua maioria os interesses dos grandes produtores. Somente em 1995 foi criada a primeira política nacional voltada exclusivamente para os agricultores familiares, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que marcou então o reconhecimento político e institucional da categoria social, abrindo possibilidades para criação de novas políticas para a agricultura familiar. Assim:

O Pronaf delineava-se como uma política de crédito rural que contribuiria para a capitalização e o acesso dos agricultores familiares "em transição" aos mercados, tornando-os consolidados (FAO-INCRA, 1994). Iniciava-se com o Pronaf a construção de um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares. A criação do Seguro da Agricultura Familiar (Seaf-2004) e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF-2006) e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) pública em anos posteriores reforçariam este cenário. (GRISA; SCHNEIDER, S132, 2014, p. 131)

O Pronaf se tornou a principal política agrícola para a agricultura familiar, em número de beneficiários, capilaridade nacional e recursos aplicados. Por conta do caráter neoliberal do governo nesse período, o programa beneficiou principalmente as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas, localizadas nas regiões Sul e Sudeste, promovendo o cultivo de produtos competitivos no mercado internacional sob o controle de grandes empresas do sistema agroindustrial, ofuscando a

necessidade do fomento ao abastecimento interno para a garantia da segurança alimentar. Segundo os autores:

O milho e a soja respondem, desde 2001, por mais de 50% dos recursos aplicados pelo Pronaf no custeio de lavouras (em 2002 e 2003, os dois produtos alcançaram mais de 60%). Se somarmos os recursos aplicados no café (cultivo que apresentou importante crescimento em número de contratos e recursos no período em análise), este valor atinge cerca de 70% dos recursos aplicados no custeio de lavouras (GRISA, WESZ JR.; BUCHWEITZ, 2014 *apud* GRISA; CATIA; SCHNEIDER, SÉRGIO, 2014, p. 133).

Pode-se dizer que o Pronaf é uma política pública de crédito rural com efeitos para a construção social dos mercados, construindo um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção agrícola dos agricultores familiares e viabilizar seu acesso aos mercados.

A emergência de outras políticas para o desenvolvimento rural principiou a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) em 2001, em continuidade às pressões sociais e lutas pelo reconhecimento e pela institucionalização de diversas categorias que compõem a estrutura agrária e fundiária do país. Anos depois, em 2006, a Lei da Agricultura Familiar era regulamentada, reconhecendo a categoria social, sua estrutura conceitual e definindo políticas públicas para o grupo social. Assim:

Esta confluência de esforços e evidências criou as condições para que, também no Brasil, a agricultura familiar passasse a ser vista de forma positiva e relevante para a produção de alimentos e geração de empregos. A construção do Pronaf resultou do diálogo e da negociação de ideias entre três “fóruns de produção de ideias”, conformados pelos representantes dos agricultores familiares, dos estudiosos do mundo rural e de políticos e gestores públicos (GRISA, 2012 *apud* GRISA; CATIA; SCHNEIDER, SÉRGIO, 2014, p. 133).

Grisa e Schneider (2014, p. 134) consideram esse período como a segunda geração de políticas para a agricultura familiar, marcada pelo surgimento de um novo referencial setorial focado em ações sociais e assistenciais. Após a predominância de um referencial global do neoliberalismo nas décadas passadas, repercutido nos governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, cria-se o Programa Comunidade Solidária com o propósito de contemplar ações relacionadas com a questão alimentar,

miséria, pobreza e equidade³. No setor da agricultura familiar, uma das ações foi a criação da linha Infraestrutura e Serviços Municipais do Pronaf, visando fomentar a infraestrutura dos municípios que apresentavam distribuição fundiária pulverizada, baixa taxa de urbanização e produtividade agrícola, em sua maioria municípios mais periféricos e mais pobres. O programa foi extinto ainda em 2003, após o distanciamento do programa assistencialista das políticas para a agricultura, dando lugar ao Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, o Pronat (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.136).

Na continuidade da criação das políticas diferenciadas para a agricultura familiar, em 2002 foi estabelecido o Programa Garantia Safra, voltado a garantir renda aos agricultores localizados na região Nordeste do País, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. O Programa assistia aos que sofriam com a perda de safra por motivos de seca ou excesso de chuvas (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.136).

A terceira geração de políticas para a agricultura familiar, definida por Grisa e Schneider (2014, p. 137) a partir da construção de um referencial pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, é marcada pela transição de um governo identificado com os princípios do neoliberalismo e os setores mais conservadores da política nacional para um governo eleito com o apoio e participação de vários partidos e movimentos sociais situados à esquerda do espectro político, mas que também contemplava as ideias e interesses de grupos representantes da burguesia bancária, industrial e agrícola nacional. (MIELITZ, 2011 *apud* GRISA, CATIA; SCHNEIDER, SÉRGIO 2014, p.137). No novo governo, os temas da fome e da segurança alimentar e nutricional ganharam destaque e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome foi criado em 2003, mesmo ano da criação do Programa Fome Zero, que partiu da premissa do direito humano à alimentação e do diagnóstico da deficiência causada pela incompatibilidade dos preços dos alimentos com o poder aquisitivo da maioria da população.

O Programa Fome Zero propôs um conjunto de políticas estruturais que visavam a melhoria de renda e o aumento da oferta de alimentos básicos, garantindo prioridade à

³ A proposta do “Comunidade Solidária” era conferir “selo de prioridade” a 16 programas governamentais em seis áreas de atuação: redução da mortalidade na infância, alimentação, apoio ao ensino fundamental e pré-escolar, habitação e saneamento, geração de ocupação e renda e qualificação profissional, e fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, COMUNIDADE SOLIDÁRIA, 1998, *apud* GRISA; SCHNEIDER, 2014).

agricultura familiar na parte da produção. Utilizando experiências de alguns municípios brasileiros, o Fome Zero ressaltava o potencial do mercado institucional para atendimento da alimentação escolar, hospitais, presídios, distribuição de cestas básicas entre outros, fortalecendo a agricultura familiar com a criação de novos canais de comercialização e geração de renda. Como uma ação estruturante e intersetorial no contexto das estratégias do Programa Fome Zero, foi criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA foi criado em 2003 visando articular a compra de produtos da agricultura familiar com as ações de segurança alimentar. O programa iniciou uma nova trajetória para os mercados institucionais para a agricultura familiar (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.139).

Em 2009, com a sanção da Lei nº 11.947, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) fortaleceu ainda mais o mercado institucional para a agricultura familiar, estendendo o programa para toda a rede pública de educação básica e garantindo que no mínimo 30% dos repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) fossem investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar. Mais tarde, em 2012, foi estabelecida mais uma modalidade do PAA ampliando as possibilidades de mercados - a compra institucional - modalidade de compra que permitia aos estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta adquirir alimentos da agricultura familiar por meio de chamadas públicas, com recurso próprio, dispensando a necessidade de licitação. Em 2014 o Brasil finalmente atingiu a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ao reduzir pela metade a prevalência de subnutrição e de maneira inédita ficou fora do mapa da fome (GRISA; SCHNEIDER, 2014, p.139).

Contudo, apesar dos avanços mencionados, Mattos (2020, p. 130) aponta que em 2016 após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a ascensão de Michel Temer, então vice-presidente, houve um processo de desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, através da redução drástica das dotações orçamentárias anuais de 2016 e 2017 do PAA, com a execução de apenas 5 milhões de reais em comparação com os 330 milhões previstos para o programa. Entre 2004 e 2015, os recursos destinados aos estoques de alimentos industrializados representavam entre 2% a 3% do montante total. A partir do ano de 2016, os recursos passaram a representar 97%, 96% em 2017 e 75% em 2018. Logo, as finalidades originais do PAA, de promover o acesso à alimentação de qualidade e o incentivo à agricultura familiar, não

mais representam uma realidade no campo (MATTOS, 2018, *apud* MATTOS, 2020, p. 131). Tal cenário contribuiu para o aumento da pobreza e a piora das condições de vida de consideráveis parcelas da população, provocando impactos em outras políticas de promoção da segurança alimentar nacional, como o PNAE.

Tais mercados institucionais, já enfraquecidos desde o último governo com a redução de recursos, foram também os mais afetados pela pandemia após a interrupção dos programas de merenda escolar, agindo mais uma vez negativamente na renda dos agricultores familiares.

CAPÍTULO 2 - AGRICULTORES FAMILIARES EM TEMPOS DE COVID-19

O segundo capítulo deste trabalho, busca compreender o impacto da crise sanitária que se instaurou no ano de 2020 (pandemia Covid-19) nas condições de vida dos agricultores familiares e em suas formas de inserção mercantil.

O setor da agricultura familiar representa cerca de 77% do trabalho rural no Brasil e é o principal responsável pela produção nacional de alimentos para o abastecimento interno (IBGE, 2015). A pandemia de Covid-19 afetou drasticamente as condições de comercialização dos agricultores familiares o que, por sua vez, contribuiu para o aumento dos níveis de insegurança alimentar da população brasileira, como mostra o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil da Rede PENSSAN (2021).

Depois de alcançar crescimento recorde no ano de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, teve alta de 5,35% no primeiro trimestre de 2021. Segundo pesquisadores do Cepea, o resultado observado no primeiro trimestre de 2021 esteve atrelado ao forte crescimento de quase 8% do ramo agrícola. Contudo, o cenário aparentemente otimista indicado pelo crescimento do setor do agronegócio não se concretizou em todos os segmentos da produção agropecuária e das formas de vida da população rural. Os agricultores familiares foram prejudicados desde o início da crise sanitária, quando foi definido por autoridades governamentais o fechamento de espaços

públicos e restrições de circulação de pessoas, o que afetou diretamente os principais pontos de vendas dos pequenos agricultores, como as feiras livres e mercados e centrais agrícolas.

O potencial nocivo da Covid-19 não decorre apenas de sua dimensão sanitária, mas também dos reflexos no âmbito econômico e na distribuição e acesso aos alimentos (CEPAL, 2020). Tais reflexos que afetam de maneira geral a população brasileira, assumem características específicas em relação aos agricultores familiares, principais produtores de alimentos no país (FAO, 2020).

O Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil da Rede PENSSAN (2021) alerta para a gravidade da situação de baixo acesso aos alimentos por grande parcela de brasileiros, sendo que milhões de brasileiros sofreram e sofrem ainda o impacto das crises econômicas, política e, agora, sanitária, em curso. Neste estudo, que recolheu informações de 2.190 domicílios, sendo 518 domicílios rurais, no final do ano de 2020, apresentam-se resultados que indicam que 55,2% dos domicílios se encontravam em insegurança alimentar (IA) e 9% conviviam com a fome, ou seja, em uma situação de IA grave. Essa condição nos domicílios de área rural se apresenta ainda maior, atingindo 12% deles. O inquérito relata que a situação de IA grave dobra de intensidade nas áreas rurais do país, principalmente em casos onde não há disponibilidade adequada de água para a produção de alimentos e para oferta aos animais. Importante ressaltar que no ano de 2018 o número de pessoas em IA grave era de 10,3 milhões, em 2020 esse número passou para 19,1 milhões, sendo dessa forma, nove milhões de brasileiros a mais que passaram a conviver com a fome em seu cotidiano. Segundo o estudo citado:

Nos domicílios localizados na área rural, chama muito a atenção o impacto na SA dos moradores em decorrência da redução dos preços de comercialização da produção. [...] quando houve redução de preços da produção agropecuária, a IA moderada/grave praticamente dobrava, comparativamente aos domicílios rurais onde isto não ocorria. A proporção de SA nesses últimos domicílios foi duas vezes superior à dos domicílios onde houve redução dos preços dos produtos. (PENSSAN, Rede. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil., 2021, p.46).

Sendo assim, a pandemia evidenciou a estrutura frágil dos sistemas alimentares pautados no capitalismo neoliberal, que tende a promover concentração de renda,

beneficiar grandes corporações e que, em momentos de crise, coloca em risco o abastecimento alimentar dos grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Ploeg (2021, p. 16) reforça o debate internacional sobre as consequências da pandemia sobre os agricultores familiares e camponeses ao afirmar que a comida é cada vez mais uma mercadoria, composta de ingredientes de origem agrária, mas geralmente combinados a componentes industriais, o que multiplica a quantidade de transações e conexões necessárias para fabricar o produto alimentar. Fato este que associado ao sistema de entrega segundo a demanda aumentou muito a vulnerabilidade do abastecimento alimentar, desencadeando o aumento de preços dos produtos em meio a um momento de redução de renda e aumento do desemprego por conta da crise sanitária.

De acordo com Ploeg (2021, p. 23), os sistemas alimentares do período pós-pandemia serão marcados por contradições no âmbito da alimentação e da agricultura. Com a crise da Covid-19, os ganhos econômicos serão privatizados enquanto as perdas serão socializadas, havendo um empobrecimento contínuo dentro da economia real, especialmente para os agricultores e trabalhadores, em detrimento do beneficiamento dos impérios alimentares com a acumulação e concentração da riqueza. Ainda segundo o autor, ficará mais extrema a contradição desumana entre a desnutrição, a fome e a inanição e o desperdício massivo de alimentos. O autor afirma ainda que a alternativa para ir além destas contradições está em partir de contrapontos como a soberania alimentar, os mercados territoriais e a agricultura familiar. Assim:

[...] embora existam grandes possibilidades de reorganizar a produção, o processamento, a circulação e o consumo de alimentos a partir da implementação de soluções novas, potentes e locais (que provaram mais uma vez sua viabilidade em tempos da crise da Covid-19), as forças hegemônicas tentarão restaurar dinâmicas antigas, aumentando assim as chances de voltarmos a passar por crises semelhantes. No entanto, o tal *retorno ao normal* provavelmente irá na contramão do que reivindica a sociedade civil, ou seja, a democratização dos sistemas alimentares (PLOEG, 2021, p. 23).

As restrições significativas de acesso aos canais de comercialização traz à tona a importância das redes locais e regionais de produção, comercialização e consumo de

alimentos para a manutenção da segurança alimentar dos municípios, desencadeando a necessidade de novas dinâmicas de abastecimento alimentar pela agricultura familiar.

Cavalli et al. (2020, p. 3) apontam que as medidas adotadas em níveis internacionais para conter a Covid - 19 e controlar o avanço da pandemia, destacaram a fragilidade do sistema alimentar atual e fortaleceram o debate sobre a estabilidade do abastecimento alimentar, destacando o fato de que o modelo político costumeiramente adotado, baseado no conceito da segurança alimentar e livre mercado, pode não ser o mais adequado para garantir a disponibilidade e o acesso aos alimentos pela população.

Ainda em seu artigo, Cavalli et al. (2020, p.4) apresentam um quadro em que são destacados os problemas mais comuns, decorrentes da pandemia, e estratégias que podem ser adotadas para minimizar o impacto negativo na produção, na comercialização e sobre a renda dos agricultores familiares decorrentes das ações para controle da pandemia:

Fatores decorrentes da pandemia	Problemas	Alternativas
Risco de contaminação na produção e comercialização.	Dificuldade em garantir o cumprimento das recomendações de higiene e distanciamento social na produção e comercialização de alimentos.	As secretarias municipais de agricultura podem fornecer materiais de orientação, álcool gel, máscaras (quando necessário). Os órgãos de assistência técnica podem realizar treinamentos (à distância) com os agricultores familiares para orientar formas seguras de produção e comercialização. Os departamentos de abastecimento podem estabelecer sistemas para controlar o número de pessoas nas feiras livres e disponibilizar o equipamento de proteção individual necessário para os comerciantes e consumidores.
Fechamento de estabelecimentos (mercados de rua, hotéis, restaurantes)	Dificuldades na entrega da produção. Os consumidores aumentaram a demanda por	Apoiar o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para auxiliar as vendas

<p>institucionais e comerciais).</p>	<p>supermercados, compras online e delivery em geral.</p>	<p>online. Reorganização do mercado de rua (número de dias / frequência / número de vendedores / horários / controle de entrada / uso de máscaras, entre outras necessidades). Elaborar e divulgar manuais de orientação de boas práticas de compra para lojistas e consumidores. Inclusão de alimentos da agricultura familiar nas cestas básicas distribuídas por organizações governamentais e não governamentais. Criação de plataformas online de atendimento à compra direta e feiras virtuais. Criação de centros específicos de abastecimento de alimentos locais produzidos pela agricultura familiar.</p>
<p>Fechamento de mercados institucionais.</p>	<p>Dificuldades para vender a produção.</p>	<p>Garantir e ampliar a compra de alimentos destinados à alimentação escolar do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e distribuir cestas básicas para alunos em situação de vulnerabilidade social. Garantir e ampliar a compra de alimentos via aquisição institucional para abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos. Ampliação dos editais de compras por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para doação a instituições que atendem populações em situação de insegurança alimentar.</p>

Vendas reduzidas.	Renda reduzida.	Garantia de renda básica emergencial para agricultores familiares. Crédito rural. Assistência técnica e extensão rural.
-------------------	-----------------	---

Quadro elaborado a partir de tradução livre realizada pelo autor.

Diante do exposto, o contexto atual nos traz a oportunidade de refletir sobre a estrutura e a organização do sistema agroalimentar em que estamos inseridos, buscando sua reconfiguração, diversificação e sustentabilidade. Para isso é necessário reconhecer socialmente e valorizar o papel da agricultura familiar no abastecimento alimentar interno e na promoção da segurança alimentar, fomentando seus canais de comercialização direta e incorporando tecnologias inovadoras em seu processo. Em um cenário de pandemia e insegurança alimentar fica mais evidente a importância do fortalecimento da agricultura familiar, que vai além do seu papel no abastecimento alimentar da população urbana, sendo um mecanismo de distribuição de renda para a população rural e redução da pobreza e da vulnerabilidade social, assim como melhoria das condições de segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares e da população beneficiado com a compra de seus produtos.

CAPÍTULO 3 - AGRICULTURA FAMILIAR EM MARIANA DURANTE A PANDEMIA

O terceiro capítulo procura apresentar a situação da agricultura familiar da cidade de Mariana durante a pandemia. O objetivo foi observar o efeito da pandemia sobre o acesso aos mercados e como isso refletiu nas condições de vida e no bem estar dos agricultores.

3.1 O contexto da agricultura familiar em Mariana

O setor de agropecuária em Mariana representa, atualmente, 0,34% do PIB da cidade, enquanto o setor de indústria, praticamente constituído pela mineração, é responsável por 53,32%, valor este que ainda se encontra defasado por conta da paralisação de operações da Samarco posteriormente ao rompimento da barragem em 2015 (IBGE, 2018). No ano anterior ao desastre, por exemplo, a indústria foi responsável por 70,42% do PIB municipal. Para efeito de comparação, em 2018 o PIB a preços correntes foi de R\$ 2,60 bilhões de reais, enquanto que no ano de 2010, o IBGE apontou um PIB de R\$ 3,6 bilhões, sem correção de valor aplicada. É digno de nota o fato de que no ano de 2010 o setor da agropecuária representava os mesmos 0,3% de participação, contra 73% de participação da indústria, o que indica que o setor agropecuário não apresenta indício de incentivos ao seu crescimento ou desenvolvimento em relação à produção industrial do município.

Percebe-se que o PIB é praticamente composto pelo valor adicionado da indústria, por conta da existência em seu território de diversas mineradoras, entre elas uma das maiores empresas de mineração do mundo, a Vale S/A, fundada em 1942 em Itabira, no governo de Getúlio Vargas. A tributação originária da atividade de mineração coloca Mariana entre os municípios brasileiros que se beneficia, em termos de volume de recursos, com a taxação de um setor específico (GONÇALVES, 2014 apud VIANA; HOTT, 2020).

Fundada em 16 de julho de 1696 e nomeada como Mariana em 1745 pelo rei de Portugal Dom João V, se tornou a primeira cidade projetada do estado de Minas Gerais e também a primeira capital do Brasil.⁴ A história de Mariana tem seu início marcado pela religiosidade e a procura pelo ouro no Brasil Colônia, fazendo com que a cidade se tornasse hoje um patrimônio histórico e cultural.

Atualmente, a cidade conta com uma população de 60.142 pessoas (IBGE 2018) e têm como principais atividades econômicas a mineração, turismo e comércio, sendo que a receita pública do município e a geração de empregos dependem fortemente da extração de minérios de ferro. Com uma área de 1.194,208 km², a cidade possui nove Distritos, sendo eles: Águas Claras, Santa Rita Durão, Monsenhor Horta, Camargos, Bandeirantes, Padre Viegas, Cláudio Manoel, Furquim, Passagem de Mariana e Cachoeira do Brumado.

Em 5 de novembro de 2015 Mariana sofreu um impacto socioambiental extremo com a ruptura da barragem de Fundão, que servia como depósito de resíduos da mineração pertencente à empresa Samarco, o que ocasionou um dos maiores desastres ambientais do país. A lama proveniente da ruptura extinguiu o distrito de Bento Rodrigues e afetou severamente outros distritos da cidade, com a paralisação das atividades da mineradora responsável. Nesse contexto, tornou-se ainda mais necessário buscar a diversificação econômica no município.

Viana e Hott (2020) apresentam, a partir do estudo de caso do Assentamento Cafundão em Mariana, uma reflexão sobre modelos de desenvolvimento local e diversificação produtiva por meio da agricultura familiar. Considerando os impactos oriundos da tragédia que fizeram se tornar urgente a diversificação produtiva, em meio a um setor como o da mineração, que dificilmente será substituído a curto e médio prazo, o desenvolvimento local pode ser fomentado pelo setor produtivo da agricultura familiar. O município de Mariana possui subdistritos com significativo potencial produtivo de produtos agrícolas, no entanto, as autoras observam que este potencial tem sido pouco explorado e que o fato seria resultado da priorização histórica da mineração em relação aos demais setores, incluindo-se o turismo.

Considerando o contexto local, onde começam a emergir propostas de diversificação econômica, e nacional, onde a agricultura familiar foi institucionalizada

⁴ Informações retiradas do site oficial da Prefeitura de Mariana, disponível em <https://www.mariana.mg.gov.br/historico>, acesso em 18/11/2021.

como objeto de estudo e foco de uma série de políticas públicas, como discutido anteriormente, a agricultura familiar em Mariana passou também a receber mais atenção e incentivos de algumas instituições nos últimos anos.

Nesse sentido, foi criado um programa de pesquisa e extensão sobre o setor na Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, por meio do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social - NUPEDS⁵. O programa Agricultura Familiar na UFOP, criado nesse contexto, busca conhecer e intervir sobre as condições socioeconômicas da agricultura familiar nos municípios de Mariana e Ouro Preto, tendo entre seus objetivos capacitar tecnicamente os agricultores e ampliar os locais de comercialização de seus produtos para a comunidade a fim de contribuir para o fortalecimento da economia local por meio da diversificação das suas estruturas produtivas.

O primeiro projeto deste programa extensionista foi o Circula Agricultura, ainda em desenvolvimento, que promove feiras semanais com os produtos da agricultura familiar nas dependências dos campi da UFOP⁶. A partir da ação de outros projetos do programa de extensão, de articulações com a gestão da UFOP, com o poder público local e com organizações de agricultores familiares, no ano de 2016, o Restaurante Universitário da UFOP passou a adquirir os produtos oriundos da agricultura familiar para compor as refeições ofertadas. Segundo Procópio (2020, p. 51), no ano de 2018 houve evoluções significativas para a maximização da oferta de alimentos da agricultura familiar local, sendo que a ampliação dos quantitativos de aquisição elevou de 30% previstos em lei, para 100% de aquisição de 40 itens pelo Restaurante Universitário.

No âmbito das esferas governamentais, a Prefeitura de Mariana, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural, e do convênio com o governo do estado de Minas Gerais, por meio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), realizou ações de apoio aos agricultores familiares a fim de fomentar a produção agrícola, como a aração de terra para plantio, transporte de insumos, intermediação da compra conjunta de adubo (oferecendo 12 meses de prazo para pagamento sem juros ao produtor), a liberação de crédito rural e diversas ações de assistência técnica rural.

⁵ Informações retiradas do site oficial da instituição. Disponível em: <https://sites.ufop.br/nupedes/projeto>. Acessado em: 18/11/2021.

⁶ Informações retiradas do site oficial da instituição. Disponível em: <https://sites.ufop.br/nupedes/news/projeto-circula-agricultura-promove-feiras-semanais>. Acessado em 18/11/2021.

O Pronaf e o PNAE também são caminhos de escoamento dos produtos da agricultura familiar na cidade, onde parte da compra para a alimentação escolar é garantido para os agricultores familiares.⁷ Em notícia publicada pelo site oficial da prefeitura no ano de 2018, a gestão municipal afirmou que o Programa Nacional de Alimentação Escolar contava com 60% da compra de alimentos direcionados à agricultura familiar de Mariana, atendendo a mais de 7.000 alunos por dia em 31 escolas municipais diferentes. Esta política pública atendia, naquele momento, a mais de 70 famílias de agricultores familiares da região⁸.

Como em todo o território nacional, logo no início da pandemia os governos decretaram a paralisação das aulas presenciais. Devido à ausência dos alunos nas escolas e a consequente suspensão da alimentação escolar, o acesso aos recursos do PNAE foi criticamente afetado, colocando em risco a situação financeira dos agricultores que dependiam efetivamente desse mercado.

Somando-se às limitações de acesso a um dos principais canais de comercialização para os agricultores, constituído pelo mercado institucional, as restrições sanitárias nos estabelecimentos comerciais e medidas para conter a circulação de pessoas levaram ao fechamento das feiras livres, um dos principais canais de escoamento de produtos dos agricultores familiares da região, o que impactou negativamente nas condições socioeconômicas destes e na economia do município.

Na parte seguinte deste capítulo analisamos de que modo a pandemia afetou o acesso aos mercados por parte dos agricultores familiares de Mariana e as consequências sobre a as suas condições de vida.

3.2 Os efeitos da pandemia sobre a agricultura familiar em Mariana

Partindo da proposta apresentada inicialmente neste estudo, buscamos analisar os impactos da pandemia sobre as condições de vida e, especificamente, sobre o acesso aos mercados por parte dos agricultores familiares de Mariana. Como já descrito brevemente na introdução, foi utilizado como recurso metodológico a realização de

⁷ Informações retiradas do site oficial da instituição. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/pesquisa?q=rural>. Acessado em: 18/11/2021.

⁸ MANTOVANI, Lucas. Gestão municipal investe na Agricultura Familiar. **Portal Prefeitura de Mariana**. 22 de maio de 2018. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/5021/gestao-municipal-investe-na-agricultura-familiar>. Acessado em 17/11/2021.

entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares do município, a partir de um roteiro elaborado e aprovado pelo comitê de ética responsável (Anexo I) em 30 de outubro de 2021, constituído por questões que abordam as formas e canais de comercialização acessados pelos agricultores e os efeitos da pandemia sobre estes mercados. As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas em campo juntamente à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Anexo II), seguindo os protocolos sanitários necessários para a ocasião. As entrevistas foram gravadas – com exceção de uma em que a gravação não foi autorizada pelo participante – para posterior análise de conteúdo.

Buscou-se, por meio das entrevistas, levantar dados de natureza qualitativa referentes às percepções dos sujeitos da pesquisa sobre fatores, relacionados à pandemia, que influenciaram em suas condições de vida, em especial no que se refere à produção e à comercialização. O público a ser entrevistado foi definido a partir de um recorte de diferentes grupos que compõem o todo da agricultura familiar no município: agricultores familiares convencionais, agricultores com produção orgânica e agroecológica; agricultores atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão; mulheres, em especial lideranças femininas na agricultura familiar; produtores de leite e gado e agricultores assentados⁹. Como fundamentação teórica para interpretação dos dados oriundos das entrevistas, foi usada a tipologia dos mercados da agricultura familiar apresentada por Schneider (2016) e uma comparação com os resultados, em termos de problemas e estratégias para minimizar o impacto negativo na produção, comercialização e renda dos agricultores familiares decorrentes da pandemia, apresentados por Cavalli et al. (2020).

Foram realizadas 6 entrevistas semiestruturadas com os agricultores familiares durante o período de outubro a novembro de 2021. A medida em que se realizavam as entrevistas, o conteúdo era transcrito para facilitar o processo de análise que se deu em três etapas.

Como primeira etapa da análise, foi criado um quadro incluindo as principais informações a serem analisadas. As perguntas do roteiro eram colocadas em colunas e

⁹ Essas categorias foram definidas a partir do trabalho de pesquisa e extensão do NUPEDDES no município, especialmente por meio do Projeto Panorama, em fase de finalização, que visa uma caracterização da agricultura familiar na região, bem como de minha própria experiência de trabalho na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Mariana, do período de julho de 2018 até outubro de 2021, onde pude observar e conviver com agricultores familiares e perceber suas diferenças em termos de organização, produção e comercialização.

os agricultores entrevistados em linhas, coletando de cada entrevista trechos com o conteúdo a ser analisado, de acordo com o tema da coluna. Essa etapa também serviu para verificar a saturação das respostas, permitindo visualizar facilmente quando as informações se tornavam repetitivas.¹⁰

Completando a primeira etapa da análise, procedeu-se à análise do conteúdo das entrevistas, organizado no quadro, buscando identificar recorrências nas respostas e especificidades significativas a serem exploradas nas etapas seguintes. Observou-se, através da semelhança das respostas, que o acesso aos mercados de tipo local/territorial e mercados públicos/institucionais foi extremamente afetado com o início da pandemia, mercados estes que se configuram como os principais canais de interesse de acesso dos agricultores familiares de Mariana, dada a sua demanda recorrente e confiabilidade de regulamentação e controle. Diante da situação apresentada, os agricultores que dependiam destes mercados afirmam redução de até 80% de suas rendas por conta da interrupção do acesso, comprometendo gravemente o orçamento familiar.

Em frente ao recuo do acesso aos principais mercados, a maioria dos agricultores familiares entrevistados afirmam que passou a comercializar seus produtos em grande parte nos mercados de proximidade, aqueles compostos pelo deslocamento mais restrito possível, como a venda na própria propriedade e a partir de entregas de cestas em regiões próximas do seu local de residência.

Durante a pandemia, diversas dificuldades para a comercialização foram relatadas por todos os tipos de agricultores entrevistados, entre as que mais se destacaram estavam: a alta dos combustíveis; a restrição do deslocamento; o aumento do preço dos insumos; o fechamento dos locais de comercialização e a falta de mão de obra. As dificuldades observadas impactaram ainda mais na renda dos agricultores, fato percebido quando constatada a saturação de respostas a respeito não só da diminuição da quantidade vendida, mas também a manutenção observada dos preços dos produtos.

Posteriormente, partiu-se para a segunda etapa da análise, onde cada entrevista foi analisada individualmente por meio da análise de conteúdo, buscando identificar termos e questões a serem discutidos em relação à perspectiva teórica adotada no trabalho. Algumas semelhanças foram observadas diante das respostas às perguntas relacionadas a caracterização do perfil do agricultor, sendo que todos os agricultores

¹⁰ O número de entrevistas realizadas fora relativamente baixo devido à pandemia e suas restrições de deslocamento, contudo, foi considerado suficiente considerando a saturação das respostas observada no quadro a partir da sexta entrevista.

afirmaram possuir mais de 10 anos de experiência na atividade e serem membros de associações e/ou cooperativas. Contudo, semelhanças em relação ao efeito na renda familiar por conta da pandemia também foram observadas, sendo que poucos agricultores encontraram uma maneira de contrapor os efeitos decorrentes das ações para controle da pandemia e todos os agricultores afirmaram ter observado uma redução na renda familiar, variando de 40% a 80%. Como medida para contenção da propagação do vírus, as feiras locais e vendas em espaços públicos foram interrompidas, assim como as aulas presenciais também foram suspensas em nível municipal, estadual e federal, afetando a maior parte dos mercados acessados pelo AFs, o que ajuda a entender a semelhança das percepções dos agricultores sobre os efeitos da pandemia na comercialização e, conseqüentemente, na renda ¹¹.

Ao serem questionados quanto ao aumento ou redução da renda durante a pandemia, uma agricultora, que pode ser considerada uma liderança feminina na agricultura familiar no município, afirmou:

“Eu moro sozinha e minha mãe já é aposentada então eu conseguia mais ou menos dois salários que dava pra me sustentar e cobrir os gastos com a plantação. Quando a feira parou caiu mais da metade mas eu segurei as pontas até a feira voltar, eu precisava vender, desde o começo fui contra parar a feira, foi muito desespero não sabia o que ia fazer. Foi uns 60%, 70%”.
(Agricultora, liderança feminina na AF).

Uma agricultora assentada relata, de forma semelhante, as perdas sentidas sobre a renda a partir do fechamento de canais de comercialização:

“Antes tava bom, na pandemia caiu tudo. Só que veio o salário da aposentadoria dele [esposo]. Da renda que a gente tinha com a roça caiu muito, mais da metade. A gente tinha na faixa de R\$ 4.000 para 4 famílias e agora caiu 80%, por isso as meninas [filhas] desistiram. Na época que tava muito bom antes da pandemia, chegamos a ganhar quase R\$8.000, a gente tinha uma renda boa” **(Produtora assentada).**

¹¹O Decreto municipal nº 10.030/2020 de 16 de março de 2020, declarou situação de emergência em saúde pública no Município de Mariana e, dentre outros, suspendeu as atividades escolares presenciais e vendas em feiras livres e espaços públicos no âmbito do Município de Mariana. Mais informações podem ser acessadas em: <http://www.mariana.mg.gov.br/imprimir-diario-oficial/1273>. Acesso em: 29/11/2021.

A partir das entrevistas, percebe-se que as perdas para os homens responsáveis pela unidade produtiva foram menores. Nesse sentido, um agricultor e criador de gado para a produção de leite relatou uma perda na renda de cerca de 50%. Por sua vez, um agricultor considerado convencional (não realiza produção orgânica ou agroecológica) relata:

“Reduziu uns 40% no começo porque não podia mais vender na rua, mas depois liberou e voltou ao normal **(Agricultor convencional)**.”

Já um agricultor com produção orgânica e agroecológica e atingido pelo rompimento da barragem de Fundão relata:

“Caiu cerca de 50% de venda, o mesmo de produção. A renda caiu né, se antes eu vendia 100 reais eu passei a vender 50 reais, então quando você vai ver a renda cai”. **(Agricultor de produção orgânica e agroecológica, atingido pelo rompimento)**

Outro ponto observado foi em relação à redução da mão de obra nas propriedades, que afetou diretamente a manutenção da produção. Entre os entrevistados, os agricultores familiares que possuíam mais de 2 pessoas trabalhando no estabelecimento antes da pandemia afirmaram ter sua mão de obra reduzida. Por conta do fluxo de renda reduzido no começo da pandemia, estes trabalhadores migraram para a cidade em busca de outras oportunidades de emprego para sustento de suas famílias. Mesmo que a demanda por produtos permanecesse a mesma, aumentou-se a dificuldade em manter a produção. Em relação ao número de trabalhadores no estabelecimento antes da pandemia, alguns agricultores relataram a redução na mão de obra, tanto da própria família quanto contratada:

“De 6 pessoas reduziu para 4 **(Liderança feminina na AF)**.”

“Nós éramos 9 pessoas com os filhos e parentes que trabalhavam na horta, e hoje estamos só nós dois **(Produtora assentada)**.”

“Eu tinha 10 trabalhadores antes da pandemia, hoje eu estou só com 2, porque as pessoas foram deslocadas para trabalhar na cidade, cortaram o transporte também, então hoje meu problema é o transporte e encontrar pessoas que queiram trabalhar lá na horta. **(Agricultor de produção orgânica e agroecológica, atingido pelo rompimento).**”

Devido ao efeito negativo da pandemia sobre a comercialização dos produtos e na redução da mão de obra disponível, como relatado pelos agricultores, uma das consequências apresentadas foi a redução das atividades e das variedades produzidas no estabelecimento, outro fator que prejudicou o soerguimento das vendas, dada a redução de opções de alimentos a serem comercializados. Os produtos que demandavam um cultivo mais cuidadoso ou investimento maior foram retirados da escala de produção.

Apenas um agricultor, do tipo convencional, afirma ter aumentado a variedade de produtos como forma de investimento para retomada das vendas. Chama a atenção o fato de que entre os entrevistados, este agricultor é quem afirma ter enfrentado a menor redução na renda familiar, sendo de cerca de 40%. Conforme esse agricultor:

“A princípio teve uma pequena queda, mas normalizou rápido, pois investi em variedade de produção. [...] Aumentei algumas variedades e me ajudou a retomar as vendas. [...] Piorou um pouco (a situação financeira) porque os preços das coisas subiram, mas teve colega que sofreu mais **(Agricultor convencional).**”

Essa perspectiva nos leva a acreditar que aqueles que de alguma forma investiram em diferenciação de produtos e alcance de novos mercados foram os que sofreram menos com os impactos da crise sanitária, podendo indicar um possível caminho para a mitigação dos efeitos da pandemia.

Quando questionados sobre a variedade de atividades produtivas desenvolvidas no estabelecimento e a alteração por conta da pandemia, os produtores assentados afirmam grande redução, principalmente dos folhosos e leguminosos:

“A gente tinha mais plantação da horta, mais variedades, desse tempo pra cá eu comecei a plantar o milho e o feijão pra terra não ficar parada **(Produtor assentado).**”

“A gente não planta a quantidade que a gente plantava antes não, antes a gente plantava brócolis, espinafre, quiabo, repolho, pra escola mesmo, cenoura, beterraba, hoje nós diminuimos só mexemos mesmo com alface, couve, almeirão, cebola e salsinha (**Produtora assentada**).”

Para o agricultor de produção orgânica e agroecológica e a liderança feminina, um dos motivos para a redução de variedade foram o tempo dedicado à plantação reduzido e falta mão de obra:

“Sim, algumas variedades eu não dei conta de plantar, porque algumas variedades tem que plantar e cuidar, eu parei com as frutíferas, principalmente as bananas que eu produzia muito e hoje tá abandonada (**Agricultor de produção orgânica e agroecológica, atingido pelo rompimento**).”

“Parei de produzir o que saía menos e dava mais trabalho, como as frutas e alguns legumes (**Liderança feminina na AF**).”

Através das informações coletadas pelas entrevistas semiestruturadas foi observado relatos semelhantes quanto às restrições significativas de acesso aos canais de comercialização dos agricultores familiares de Mariana, impactando negativamente em sua renda e condição socioeconômica. Assim, os mercados de proximidade onde predominam as trocas via relações de parentesco, conhecimento e reciprocidade se tornaram a principal saída para minimizar os efeitos das restrições de mercados.

Os agricultores que estavam inseridos nos mercados públicos/institucionais afirmaram grande redução das vendas, sobretudo nos momentos em que os canais de escoamento dos produtos foram suspensos como medida de controle da propagação do vírus. Quando questionados quanto aos mercados que comercializavam sua produção e a alteração por conta da pandemia, destacou-se:

“Feiras livres semanais, delivery e merenda escolar. Perdemos as feiras e a merenda escolar (**Liderança feminina na AF**).”

“A maior parte era na feira e um pouco para os vizinhos, sem a feira eu não tinha onde vender e em Bandeirantes não tinha muita procura. Tive dificuldade para fazer entrega de cesta porque não tinha transporte e a prefeitura não forneceu mais o veículo que me levava para a feira. A prefeitura não deu

nenhum apoio para nós agricultores, fechou a feira e deixou a gente na mão sem ter onde vender (**Liderança feminina na AF**).”

“Paramos de vender para merenda e na feira por um tempo, não temos outro mercado (**Agricultor convencional**).”

Para os agricultores que comercializavam nos mercados convencionais, como por exemplo a venda para laticínios, atravessadores e supermercados, foi afirmado que o preço do produto para revenda foi reduzido durante a pandemia. Pode-se considerar que esses agricultores sofreram mais fortemente os efeitos não só da pandemia, mas de um sistema alimentar fragilizado, pautado no capitalismo neoliberal, onde os ganhos econômicos são privatizados enquanto as perdas são socializadas, culminando em um empobrecimento dos agricultores e trabalhadores enquanto se beneficiavam os impérios alimentares e a acumulação de riqueza. Diante deste cenário, os agricultores inseridos nestes mercados se encontram em uma situação de alta dependência de contratos a montante (produção) e a jusante (distribuição), como pode ser perceber no relato:

“O que impactou mais o preço do leite é o que o pessoal produzia e vendia direto na rua, da Porto Alegre não teve como mexer muito não porque eles que dão o preço. O leite ainda tinha um mercado que era a Porto Alegre, só que o preço pago pelo litro foi lá embaixo, porque o pessoal não tinha dinheiro, acaba impactando geral da cadeia. No começo da pandemia, o leite caiu cerca de 20 centavos por litro para o produtor. [...] Com a carne também foi assim, porque o povo da nossa região que mexe com carne não consegue vender pra fora, vende pros açougueiros e o pessoal da região, então tinha muita dificuldade de vender o gado para abate, quando conseguia, vendia abaixo do preço de mercado porque a procura estava muito baixa e a oferta estava muito alta, então foi uma bola de neve né, prejudicou muita gente (**Produtor de leite e gado**).”

“Antes eu vendia somente no centro de Mariana a tarde. Agora de vez em quando forneço para outra pessoa que têm contrato com restaurante (**Agricultor convencional**).”

Sem a garantia de renda básica emergencial para agricultores familiares, crédito rural ou qualquer outro tipo de assistência por parte dos órgãos públicos, os agricultores tiveram suas vendas reduzidas por conta da restrição dos canais de escoamento dos

produtos, chegando a perder parte de sua produção devido à dificuldade de adaptação ao novo sistema de mercado imposto pela crise sanitária. A deficiência de alternativas para minimizar o impacto negativo na produção e na comercialização deve-se também a inexistência relatada de apoio para a classe por parte dos agentes envolvidos na construção e regulação dos mercados, assim como a falta de centros específicos de abastecimento de alimentos locais produzidos pela agricultura familiar, que garantiria não só a manutenção das vendas como o abastecimento alimentar da cidade através de produtos de qualidade e procedência¹².

Cabe ressaltar que, não só a renda dos AFs foi afetada, bem como a redução do acesso ao alimento produzido pelos principais produtores de alimentos do país refletiu no aumento dos níveis de insegurança alimentar, colocando em risco o abastecimento alimentar dos grupos de maior vulnerabilidade socioeconômica, como o caso das crianças de escolas públicas que realizavam sua principal refeição nutritiva através da merenda escolar¹³.

Outra questão recorrente apresentada nas entrevistas foi a queda na quantidade vendida, sendo que todos os agricultores entrevistados afirmaram redução na quantidade vendida, o que configura como mais uma das consequências relatadas por conta da restrição de acesso aos mercados. Em uma tentativa de manter seus clientes, a maioria dos agricultores entrevistados afirmou que não aumentaram os preços de seus produtos, mesmo com a alta dos insumos de produção e outros materiais, reduzindo ainda mais o lucro obtido. Quando questionados sobre a alteração do preço médio de cada produto por unidade por conta da pandemia, os relatos foram semelhantes entre os tipos de agricultores entrevistados:

¹² Em pesquisa realizada ao site oficial da Prefeitura, é possível encontrar a divulgação em maio de 2021 do Plano Municipal de Desenvolvimento e Recuperação Econômica, um pacote com 10 projetos de lei aprovados pelo Poder Legislativo que visa retomar a economia local afetada pela Covid-19 onde 3 projetos são relacionados à agricultura familiar. Porém, em análise dos gastos por programas através do Portal Transparência, verifica-se que não fora realizado nenhum gasto até o momento com nenhum dos 3 projetos: Programa Municipal de Crédito Emergencial ao Pequeno Produtor Rural; Programa Municipal de Incentivo à Produção de Alimentos; e Programa de Agricultura Familiar Social - PAFS. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/6339/prefeitura-de-mariana-investe-cerca-de-r-37-milhoes-na-recuperacao-da-economia-local>. Acessado em 09/12/2021.

¹³ Mais de 39 bilhões de unidades de refeição de merendas escolares foram perdidas globalmente desde o início da pandemia de Covid-19 devido ao fechamento de escolas, de acordo com relatório divulgado pelo Escritório de Pesquisas do UNICEF – Innocenti e o Programa Mundial de Alimentos (PMA). Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/perda-de-mais-de-39-bilhoes-de-merendas-escolares-desde-o-inicio-da-pandemia-anuncia-crise-nutricional>. Acessado em: 29/11/2021.

“Eu mantive os valores dos produtos, não aumentei, hoje o maior problema que nós temos é que a renda das pessoas caiu muito. Eu tinha pessoas do Cruzeiro do Sul que compravam muito comigo, 50 a 60 reais para a família e cortou para a metade. Então teve uma interferência muito grande nesse ponto. Eu não perdi os clientes, mas a compra reduziu, se eu tivesse aumentado [os preços] ia reduzir mais ainda, não é que as pessoas não querem comprar é que a renda caiu muito dessas pessoas **(Agricultor de produção orgânica e agroecológica, atingido pelo rompimento).**”

“Não alterei [os preços], fiquei com um lucro menor para manter os clientes **(Agricultor convencional).**”

“Hoje os preços nós estamos mantendo, não tem como mexer no preço **(Agricultor convencional).**”

Quando questionados quanto a tentativa de venda através de novos canais, como por exemplo pela internet, a maioria afirmou que existiu a tentativa no começo da pandemia, principalmente por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp, mas que não obtiveram sucesso. Uma das razões possíveis para o insucesso do novo canal pode ter sido o fato de não terem construído sua base de clientes pela internet antes da pandemia, o que traria mais experiência com a nova ferramenta. Além disso, os agricultores relataram a dificuldade para o transporte, fato evidenciado ao observar o caso dos agricultores que já comercializavam pela internet antes da crise e já possuíam estrutura qualificada, que conseguiram manter a clientela através da entrega de cestas nas residências. A confiabilidade e reputação já estabelecida foram fatores determinantes para a manutenção da demanda pelos produtos da agricultura familiar frente ao aumento da demanda por delivery feito por supermercados e sacolões, os mercados convencionais. Ao perguntar sobre a experiência de comercialização pela internet, os agricultores que tiveram sua primeira experiência após o início da pandemia relataram:

“Sim, pedidos pelo whatsapp, quando a feira parou eu tentei entregar algumas cestas no bairro Cabanas, mas ficou difícil porque eu tinha que pegar ônibus para fazer as entregas e os horários foram reduzidos aí não deu muito certo **(Liderança feminina na AF).**”

“Sim, a gente colocava no grupo aqui de Cachoeira, eles encomendavam, nossa filha colocou. Hoje não tá fazendo mais. [...] Acabou que não deu certo, elas (as filhas) tentaram nos restaurantes mas também não conseguimos. Teve um restaurante que queria pegar na nossa mão mas ele pagava muito pouco aí não valia a pena. E a gente ainda ia levar **(Produtora assentada)**.”

“No começo, pela internet, mas não deu certo, não tinha como fazer as entregas **(Agricultor convencional)**.”

O agricultor de produção orgânica e agroecológica que já comercializava pela internet antes da pandemia enfrentou um problema diferente, mesmo com a clientela já estabelecida, que foi a falta de mão de obra afetando a continuidade das entregas:

“Eu vendia pela internet já antes da pandemia pelo whatsapp, mas eu tive que cortar por causa da produção que diminuiu quando perdi os trabalhadores, aí não tinha produto. Mas antes a pessoa fazia o pedido da cesta pelo whatsapp e eu entregava pra ela **(Agricultor de produção orgânica e agroecológica, atingido pelo rompimento)**.”

Com o objetivo de compreender o efeito da pandemia sobre a produção para consumo próprio e o cuidado com a saúde, os agricultores familiares foram questionados quanto à alteração destes aspectos. Verifica-se que houve aumento ou manutenção da produção para consumo próprio por parte da maioria dos agricultores, cenário desencadeado devido à alta dos preços dos alimentos nos mercados convencionais. Além disso, atividades onde o investimento empregado com insumos era menor foram priorizadas, como a criação de galinhas, porcos e peixes. Apenas um agricultor afirmou ter reduzido a produção para consumo próprio e aumentado as compras em supermercados. O mesmo afirma que isso se deu pela falta de mão de obra enfrentada em sua propriedade. A respeito da produção que era destinada ao consumo familiar e alterações durante a pandemia, foi afirmado:

“A gente aumentou mais a produção de ovos, porcos e também tô criando peixe **(Produtor assentado)**.”

“Eu parei de produzir arroz, feijão e milho, por não dar conta de produzir e estou comprando no supermercado, então isso me afetou. Mas eu tento

consumir o mínimo possível de supermercado (**Agricultor de produção orgânica e agroecológica, atingido pelo rompimento**).”

“Sempre produzi para consumo próprio, isso não mudou, não deixei de comprar o que precisava, mas com mais cuidado, não dava pra fazer muita graça (**Liderança feminina na AF**).”

Ainda que não fosse o foco do trabalho, perguntou-se nas entrevistas sobre a saúde dos agricultores, sendo que nenhum dos entrevistados afirmou ter testado positivo para Covid-19 ou feito uso de atendimento médico privado durante a pandemia, ainda que tenha havido relatos de sintomas possivelmente associados à doença.

Diante da análise das entrevistas individuais foi possível observar aspectos recorrentes nas respostas para a maioria das questões empregadas, o que indica a relevância de certas questões, que afetaram a todos. As singularidades observadas no quadro construído na primeira etapa da análise puderam ser aprofundadas e discutidas de acordo com a perspectiva teórica adotada no trabalho. Observa-se que as diferentes categorias de agricultores definidas neste trabalho apresentaram resultados semelhantes acerca dos efeitos enfrentados pela restrição do acesso aos canais de comercialização, o que evidencia a necessidade de refletir sobre a estrutura e organização do sistema agroalimentar em que estes se inserem, reconhecendo e valorizando o papel da agricultura familiar no abastecimento alimentar e na promoção da segurança alimentar.

Para isso, é necessário que os agentes envolvidos na construção dos mercados apoiem o desenvolvimento de novas ferramentas tecnológicas para ampliação do acesso dos agricultores aos variados tipos de mercados alimentares e garanta o fortalecimento da agricultura familiar através da distribuição de renda para a população rural e redução da pobreza e vulnerabilidade social, agravada pelo advento da crise sanitária.

Ao final da entrevista semiestruturada, perguntou-se aos agricultores como eles avaliavam a sua situação econômica após o início da pandemia. De maneira unânime, os agricultores afirmaram ter enfrentado uma piora em sua situação financeira diante dos desafios impostos pela restrição de sua comercialização. Entre as respostas, destacou-se o relato da produtora assentada e o relato do produtor de orgânico e agroecológico, que ressaltam a importância da classe e do acesso à alimentação:

“A gente quase passou (dificuldade) né? Assim, a gente não teve mais a vida que a gente tinha antes, de comer a vontade. Não entrava dinheiro não tinha como comprar. Mas a gente venceu graças a Deus, passamos dificuldades, mas tivemos sabedoria para controlar. E o bom que ninguém adoeceu também porque aí era mais problema ainda, e Deus ouviu o pedido da gente. Vencemos e tá bom (**Produtora assentada**).”

“Se você for olhar, hoje a agricultura familiar foi um pouco abandonada, por causa do agronegócio, que visa mais a exportação. E na agricultura familiar a gente tem dificuldades, eu nem tanto porque estudei muito e tenho mais conhecimento técnico, então eu sei os itens certos para usar para produzir, mas pras pessoas que precisam de assistência técnica não tá muito fácil não. Pras pessoas que não tem a informação igual eu tenho, a pandemia foi muito pior. Foi difícil porque no início a feira de sábado parou, a feira noturna até hoje não voltou, então são esses os pontos críticos, as pessoas que precisavam de assistência a perda foi maior (**Agricultor de produção orgânica e agroecológica, atingido pelo rompimento**).”

Na terceira etapa de análise, analisou-se o conjunto das entrevistas considerando a diversidade de mercados acessados pelos agricultores e possíveis mudanças durante a pandemia, a partir da tipologia de Schneider (2016), e buscando avaliar as formas de mitigação dos efeitos da pandemia eventualmente adotadas, tomando como referência o trabalho de Cavalli et al. (2020).

Retomando a tipologia de mercados apresentada por Schneider, o autor estabelece que as formas de produção diferem quanto aos objetivos que perseguem, fazendo com que a inserção nos mercados assuma um papel decisivo em sua diferenciação (SCHNEIDER, 2016, p. 110). A partir desta ótica, o autor elabora uma tipologia com capacidade de servir de referencial para análise de distintos modelos produtivos e de comercialização no contexto da agricultura familiar através da segmentação das formas de compra e venda de produtos e mercadorias, mas também explicando as dinâmicas de interação e o processo de diferenciação da categoria social (SCHNEIDER, 2016, p. 114). A utilidade atemporal da tipologia construída é verificada quando, em um contexto de pandemia e em um momento pós-pandemia, ela se apresenta extremamente útil para análise dos mercados acessados pelos agricultores familiares.

Deggerone (2021), em sua recente tese de doutorado, emprega essa tipologia para análise da diversidade de formas de comercialização de agricultores familiares em um município do Rio Grande do Sul. A pesquisadora considera que para usar a tipologia apresentada por Schneider (2016) é necessário levar em conta a diferenciação dos mercados a partir de cinco variáveis: tipo de agricultor que os acessa; o *locus* e/ou alcance espacial; a natureza ou características dos mercados, as formas de regulação ou controle existentes e os canais de comercialização utilizados (DEGGERONE, 2021, p. 67). Em seu trabalho, a fim de classificar os mercados da agricultura familiar em Aratiba, a autora priorizou duas dessas variáveis: os mecanismos institucionais e os canais de comercialização utilizados pelos agricultores (Deggerone, 2021).

De acordo com Deggerone (2021, p. 28), a classificação elaborada por Schneider (2016) é conveniente para categorizar os mercados da agricultura familiar, pois não apenas segmenta as formas de compra e venda de produtos e mercadorias, mas também explica as dinâmicas que envolvem os processos de interação econômica dos agricultores familiares. Sendo, portanto, oportuna para caracterizar também os mercados existentes em Mariana.

Em nossa pesquisa, priorizaram-se as seguintes variáveis: 1) tipo de agricultor; 2) *locus*; 3) natureza das trocas; 4) canais de comercialização. A pesquisa não explorou diretamente as formas de regulação, que se referem às instituições que controlam e estabilizam o mercado, apesar deste aspecto ser considerado importante na perspectiva da construção social dos mercados (Bourdieu, 2005). Em relação aos aspectos institucionais, apenas foi abordada brevemente a relação dos agricultores com a Prefeitura por meio da verificação do orçamento municipal e da execução de políticas públicas para o setor. Nesse sentido, pode-se observar a inexistência de políticas para o soerguimento da agricultura familiar no município até o momento da pesquisa.

A partir do cruzamento das variáveis apresentadas, o autor estabelece quatro tipos de mercados em que os agricultores familiares se inserem: mercados de proximidade; mercados locais e territoriais; mercados convencionais; e mercados públicos e institucionais (SCHNEIDER, 2016, p. 126).

Em relação às variáveis exploradas, a primeira delas se refere ao tipo de agricultor. Além da categorização empregada por Schneider (2016), que diferencia os agricultores entre aqueles menos integrados a mercados (camponeses) e aqueles com maior inserção em mercados distintos, procuramos considerar diversidade local da

agricultura familiar, considerando seis tipos de agricultores como apresentado anteriormente. Pode-se perceber pela pesquisa que os tipos distintos de agricultores de Mariana, contudo, não apresentam grande diferenciação no que refere aos canais de comercialização acessados antes e durante a pandemia. Estes agricultores ainda sofreram impactos devidos, sobretudo, ao fechamento dos principais canais de comercialização afetados, com pouca diferenciação entre as categorias.

Em relação à variável locacional, ao discutir os distintos tipos de mercado, Schneider (2016) considera que nos mercados de proximidade o alcance físico-espacial é quase exclusivamente local, nos mercados territoriais há uma variação entre local e regional, já nos mercados convencionais praticamente não existe local definido, e nos mercados públicos-institucionais a espacialidade é multivariada. Já em relação à natureza das trocas, o autor afirma que elas se referem à natureza da produção, se é direcionada para uso próprio ou troca e venda, e o sentido ou objetivo que é atribuído pelos agricultores. Esse sentido perpassa pelas relações interpessoais, laços de reciprocidade, formas diversificadas e complementares, e trocas baseadas em valores e formas mercantis.

Os mercados em que os agricultores de Mariana entrevistados estão inseridos são principalmente os mercados de proximidade, onde predominam relações de troca direta entre pessoas realizadas preferencialmente “*on spot*” (no local), e os mercados públicos e institucionais, destino de grande interesse para os agricultores devido a sua regulamentação e controle por parte do Estado ou organização pública que tende a garantir o pagamento e a manutenção da demanda. Em uma avaliação baseada no modelo proposto por Schneider, vendas em feiras locais e espaços públicos, entregas diretas de cestas, e venda para a alimentação escolar, os principais canais observados pela análise das entrevistas, são regulados pela amizade e reciprocidade no caso dos canais que pertencem aos mercados de proximidade, e regulados por contratos públicos e leis no caso dos canais de comercialização atrelados a mercados públicos e institucionais.

Observa-se, com os resultados analisados, que essa tipologia de mercados da agricultura familiar é bastante atual e mesmo depois da pandemia não foi observada a criação de novos canais de comercialização diferentes dos apresentados pelo modelo.

A fim de relacionar de forma esquemática as variáveis apresentadas pelo modelo proposto por Schneider com os dados de nossa pesquisa, elaborou-se um quadro com o cruzamento de tais informações:

Variáveis / Tipo de agricultor entrevistado	(1) Agricultor convencional	(2) Produtor assentado	(3) Liderança feminina na AF	(4) Agricultor de produção orgânica e agroecológica, atingido pelo rompimento	(5) Produtor de leite e gado
Locus ou alcance espacial	Venda direta; Sem lugar definido; Multiespacial.	Venda direta; Multiespacial.	Venda direta; Sem lugar definido; Multiespacial.	Venda direta.	Venda direta; Sem lugar definido.
Natureza das trocas	Interpessoal/Solidário; Concorrencial; Licitação/Seleção pública.	Interpessoal/Solidário; Licitação/Seleção pública.	Interpessoal/Solidário; Concorrencial; Licitação/Seleção pública.	Interpessoal/Solidário.	Interpessoal/Solidário; Concorrencial.
Forma de regulação	Confiança; Contratos/Preços; Contratos/Leis.	Confiança; Contratos/Leis.	Confiança; Contratos/Preços; Contratos/Leis.	Confiança.	Confiança; Contratos/Preços.
Canais de comercialização	Na propriedade; Entrega direta; Feira local; Cooperativa; Atravessadores; Alimentação escolar.	Na propriedade; Entrega direta; Feira local; Alimentação escolar.	Na propriedade; Entrega direta; Feira local; Cooperativa; Alimentação escolar.	Na propriedade; Entrega direta; Feira local.	Na propriedade; Entrega direta; Feira local; Cooperativa; Atravessadores.
Tipo de mercado em que acessa	Mercados de proximidade; Mercados convencionais; Mercados públicos e institucionais.	Mercados de proximidade; Mercados públicos e institucionais.	Mercados de proximidade; Mercados convencionais; Mercados públicos e institucionais.	Mercados de proximidade.	Mercados de proximidade; Mercados convencionais.

Fonte: Elaborado pelo autor

Durante a pandemia, os principais mercados em que os agricultores familiares estão inseridos em Mariana, sobretudo os mercados públicos e institucionais, sofreram grandes restrições de acesso e redução de demanda. Em seu trabalho, Cavalli et al. (2020, p. 2) afirma que entre os principais canais de escoamento da produção dos agricultores familiares estão os mercados de proximidade e as compras públicas, em especial o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em face da importância apresentada, as estratégias adotadas para coibir o avanço da Covid-19, como o fechamento de espaços para comercialização de produtores locais bem como a cessação das compras públicas, destacaram a fragilidade do sistema alimentar e contribuíram para um impacto negativo na comercialização de alimentos produzidos pela agricultura familiar (CAVALLI et al, 2020, p. 3).

Contudo, a partir das fragilidades observadas durante a pandemia, os autores acreditam que as deficiências possam representar uma oportunidade para impulsionar mudanças na forma de produção e comercialização de alimentos, direcionadas para formas ambientalmente sustentáveis e socialmente justas. Como alternativas potenciais para a garantia do abastecimento alimentar é citado as cadeias curtas de alimentos, onde sofrem menos com as restrições de deslocamento e seu fortalecimento poderia aumentar as oportunidades de trabalho e contribuir para a melhoria da qualidade de vida (CAVALLI et al, 2020, p. 3). Com esse intuito, os autores apresentam estratégias que podem ser adotadas para minimizar o impacto negativo na produção, comercialização, e sobre a renda dos agricultores familiares decorrentes das ações para controle da pandemia.

Entre os quatro problemas apresentados (vide quadro na página 28 do cap. 2), três deles foram mencionados pelos agricultores entrevistados: a dificuldade na entrega da produção, devido ao fechamento dos espaços de compra e consumo; dificuldades de escoamento dos produtos, devido ao fechamento dos mercados institucionais; e a renda familiar reduzida, por conta da diminuição da quantidade vendida. Durante as entrevistas semiestruturadas não houve relato sobre o último problema apresentado, que seria a dificuldade em garantir o cumprimento das recomendações de higiene e distanciamento social na produção e comercialização dos alimentos, devido ao alto risco de contaminação envolvido.

A respeito das alternativas apresentadas, Cavalli et al. (2020, p. 5) nos trazem diversas estratégias de enfrentamento aos fatores decorrentes da pandemia que tem

como principais agentes os órgãos públicos e instituições. Os autores argumentam que esses órgãos podem promover o desenvolvimento de novas ferramentas para auxiliar as vendas e atuar na reorganização dos mercados de rua, fornecendo treinamentos técnicos e materiais de proteção individual necessários para os comerciantes e consumidores. Além disso, tais órgãos podem fornecer apoio na criação de centros específicos de abastecimento alimentar, na garantia e na ampliação da compra de alimentos via aquisição institucional. E, ainda, a renda básica emergencial e o crédito rural para os agricultores familiares também são mencionados.

Em um cruzamento dessas alternativas com as respostas das entrevistas semiestruturadas, percebe-se que não houve relatos a respeito de nenhuma dessas estratégias que tivessem sido adotadas pelos órgãos públicos. A pesquisa exploratória em documentos e publicações disponíveis no site da prefeitura também não evidenciou ações de mitigação dos efeitos da pandemia específicas para os agricultores familiares. Contudo, admite-se a limitação dessa observação, considerando que os aspectos institucionais não foram o foco da pesquisa. O trabalho de adaptação e desenvolvimento de estratégias para enfrentamento dos problemas decorrentes da pandemia aparenta ter sido unicamente desenvolvido por parte dos próprios agricultores familiares. Em uma das entrevistas realizadas, uma liderança feminina na AF afirma não ter recebido nenhum tipo de apoio por parte de nenhum órgão público municipal.

Cavalli et al. (2020, p. 5) ressaltam que para efetivação das estratégias, é necessário que se desenvolvam ações conjuntas entre a sociedade civil e o poder público. Os autores apontam ainda a importância de fortalecer essas relações principalmente em tempos de pandemia. Para minimizar os efeitos negativos da pandemia para os agricultores familiares, a conclusão dos autores traz a urgência de ações para investimento na classe por parte de formuladores de políticas públicas, governos e sociedade civil em geral, a fim de reconhecer a legitimidade e o potencial que os agricultores apresentam para garantia do abastecimento, a soberania e segurança nutricional (CAVALLI et al., 2020, p. 5).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da utilização da tipologia dos mercados para a agricultura familiar elaborada por Schneider (2016, p.127), buscou-se compreender com mais profundidade a forma com que estes mercados são construídos socialmente, considerando a diversidade dos próprios agricultores e de suas formas de produção, o alcance espacial, a natureza dos mercados e os canais acessados, no contexto de pandemia no município de Mariana. Observou-se que a pandemia não alterou as formas de comercialização normalmente empregadas pelos agricultores familiares, mas teve efeitos, principalmente, sobre a renda. Nesse sentido, a tentativa de adoção de formas de comercialização mediadas pela tecnologia, por exemplo, pode ser considerada dentro das categorias já presentes no modelo empregado, não alterando características fundamentais como o tipo de produtor, as regras predominantes em cada mercado e, sequer, no caso estudado, o alcance locacional, na medida em que mesmo os agricultores que utilizaram a internet para comercializar, continuaram operando nos mercados de proximidade.

Dessa forma, ao analisar o efeito da pandemia sobre o acesso aos mercados, produção e condição de vida dos agricultores familiares, foi possível identificar que um dos principais desafios enfrentados pelos agricultores foi lidar com a redução da renda durante a crise sanitária.

As restrições significativas de acesso aos canais de comercialização trouxeram à tona a importância do debate a respeito das redes locais e regionais de produção para manutenção da segurança alimentar dos municípios. Assim, a pandemia evidenciou a necessidade de reorganização do sistema alimentar em que estamos inseridos. Para tanto, é necessário reconhecer a relevância numérica da agricultura familiar e o seu importante papel na geração de emprego e renda, desempenhando um papel estratégico não só para a produção de alimentos, mas também para a construção de soluções concretas para a melhoria da condição de vida no meio rural e da qualidade de vida para os que consomem os produtos da agricultura familiar.

A partir desta pesquisa foi possível evidenciar que a suspensão e fechamento dos mercados tradicionalmente acessados pelos agricultores, assim como a retração da demanda por alimentos decorrente do desemprego crescente e da perda do poder de

compra dos consumidores, trouxe efeitos significativos na condição de vida dos agricultores familiares. No caso específico de Mariana, foram observados efeitos negativos da pandemia em diversos aspectos da produção familiar, como a dificuldade da manutenção da produção e da comercialização, a alta do preço dos insumos, a restrição do transporte e a redução de mão de obra, o que culminou na queda da renda dos agricultores familiares.

Ante esse cenário, se faz extremamente necessário o desenvolvimento de novas dinâmicas de comercialização e estratégias de apoio para o soerguimento dos agricultores familiares, através de ferramentas tecnológicas para auxílio das vendas e criação de novas plataformas baseadas em sistemas que garantam e ampliem o acesso aos produtos da agricultura familiar local. A pandemia da Covid-19 trouxe mudanças significativas à maneira como nos organizamos como indivíduos, porém, a partir do cenário de incerteza que nos encontramos, seus efeitos sobre a saúde e a economia global serão observados também no médio e no longo prazo, trazendo a urgente reflexão sobre o modo como produzimos, processamos e distribuimos os alimentos.

A ausência relatada pelos agricultores de incentivos e novas estratégias de enfrentamento por parte dos órgãos públicos sem dúvida contribuiu para agravar a situação vivenciada. Acreditamos que este ponto, pouco explorado em nossa pesquisa, deixa aberto um caminho para estudos futuros, tratando dos aspectos institucionais dos sistemas alimentares, tanto no contexto pandêmico quanto no pós-pandemia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, I; SOUZA, P; TEIXEIRA, D. **Impacto da pandemia Covid-19 na agricultura familiar: Uma proposta de pesquisa..** VI Fórum de Pesquisa e Extensão da Universidade de Marília – 2020.

BOURDIEU, P. **O Campo Econômico.** Política e Sociedade 4, no. 6 (2005).

CAVALLI; S; SOARES, P; MARTINELLI S; SCHNEIDER S. **Family farming in times of Covid-19.** Revista de Nutrição, v. 33, 2020. e200180. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/XMPqn89bG674KkCpNtKhjqs/?lang=en>. Acessado em: 16 de Junho de 2021.

CEPAL. **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme em uma crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre em América Latina y el Caribe.** Informe COVID-19, 16 junio 2020. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45702-como-evitar-que-la-crisis-covid-19-se-transforme-crisis-alimentaria-acciones>. Acessado em: dia 15 de Junho de 2021.

CEPEA/CNA. **PIB do Agronegócio Brasileiro, 2021.** Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acessado em: 16 de Junho de 2021.

CONTERATO, M et al. **Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos.** – Porto Alegre : Via Sapiens, 2013. 358 p. : il. (Difusão IEPE/UFRGS). Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/livros/outras-publicacoes/mercados-e-agricultura-familiar-interfaces-conexoes-e-conflitos>. Acessado em: 16 de Junho de 2021.

DEGGERONE, Z. **Caracterização dos mercados agroalimentares no Alto do Uruguai – RS: um estudo sobre o processo de mercantilização da agricultura familiar em Aratiba – RS.** 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2021.

FAO/INCRA. Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO. **Novo retrato da agricultura familiar. O Brasil redescoberto.** [S.I. : s.n.], 2000.

FAO. **Cities and local governments at the forefront in building inclusive and resilient food systems key results from the FAO survey "Urban food systems and Covid-19"**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/es/c/cb0407en/>. Acessado em: 15 de Junho de 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Ministério da Educação. PNAE: Sobre o programa.** Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>. Acessado em: 25/10/2021.

GASTAL, M et al. **Construção social de mercados pela agricultura familiar em Unaí, MG: potencialidades e limitações.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, v. 31, n. 2, p. 315-348, 2014.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2014, v. 52, suppl 1, pp. 125-146. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acessado em 16 de Junho 2021.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios>. Acessado em 19 de junho de 2021.

IICA. **La agricultura familiar y el abastecimiento agroalimentario ante la pandemia COVID-19 em América Latina y el Caribe.** Programa de Desarrollo Territorial y Agricultura Familiar. Costa Rica, junio 2020. Disponível em <http://repositorio.iica.int/handle/11324/11226> Acessado em 15 de Junho de 2021.

MANSOR, L. **As consequências do golpe parlamentar nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira.** RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas

Públicas, [S. l.], 2020. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/34175>. Acesso em: 19 set. 2021.

MANTOVANI, L. Gestão municipal investe na Agricultura Familiar. **Portal Prefeitura de Mariana**. 22 de maio de 2018. Disponível em:
<https://www.mariana.mg.gov.br/noticia/5021/gestao-municipal-investe-na-agricultura-familiar>. Acessado em: 17/11/2021.

MALUF, R. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004. Disponível em
<https://revistas.dee.spgg.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2061>. Acessado em 17 de junho 2021.

MARQUES, F; CONTERATO, M; SCHNEIDER, S (Orgs). **Construção de mercados e agricultura familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, 416 p. **Mundo Agrario**, [S. l.], v. 18, n. 39, p. e074, 2017. DOI: 10.24215/15155994e074. Disponível em:
<https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAe074>. Acesso em: 15 sep. 2021.

MENDES, L et al. **Food environments and the COVID-19 pandemic in Brazil: analysis of changes observed in 2020**. Public Health Nutrition, p. 1-4, 2021.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PROCÓPIO, J. **A experiência da agricultura familiar na UFOP e na região dos Inconfidentes**. 2020. 128 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Ouro Preto, Minas Gerais.

PREFEITURA DE MARIANA. **Decreto nº 10.030 de 16 de março de 2020**. Declara situação de emergência em saúde pública no município de Mariana em razão do surto de doença respiratória. Disponível em:

http://mariana.mg.gov.br/uploads/prefeitura_mariana_2018/diario_oficial_pmm/o_monumento_n_1273_16-03-2020.pdf. Acessado em: 29/11/2021.

PREFEITURA DE MARIANA. **Secretaria de Desenvolvimento Rural**. Ações para a agricultura familiar. Disponível em: <https://www.mariana.mg.gov.br/pesquisa?q=rural>. Acessado em: 18/11/2021.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). Disponível em http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf Acessado em 26 de junho de 2021.

SCHNEIDER, S et al. **Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação**. *Estud. av.*, São Paulo, v.34, n.100, p.167-188, Dec. 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000300167&lng=en&nrm=iso. Epub Nov 11, 2020. Acessado em 14 de Junho de 2021.

SCHNEIDER, S. **Mercados e agricultura familiar**. p.93-140. In: MARQUES, F; CONTERATO, M; SCHNEIDER, S (Org.) *Construção de mercados e agricultura familiar. Desafios para o desenvolvimento rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016b.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura**. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (Org.). *Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina: Embrapa Cerrados, 2008.

SOUZA, B.; BERNARDES, M.; VIEIRA, V.; FRANCISCO, P.; MARÍN-LEÓN, L.; CAMARGO, D.; SEGALL-CORRÊA, A. **(In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas : (In)segurança alimentar no pré e pós pandemia**. *InterAmerican Journal of Medicine and Health*, v. 4, 7 Feb. 2021.

UNICEF, org. **Comunicados de imprensa:** A perda de mais de 39 bilhões de merendas escolares desde o início da pandemia anuncia uma crise nutricional, dizem UNICEF e PMA. Elisa Meirelles Reis. 28 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/perda-de-mais-de-39-bilhoes-de-merendas-escolares-desde-o-inicio-da-pandemia-anuncia-crise-nutricional>. Acessado em: 29/11/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social.** Projetos NUPEDES. Disponível em: <https://sites.ufop.br/nupedes/projeto>. Acessado em: 18/11/2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Núcleo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social.** Projeto Circula Agricultura promove feiras semanais. Disponível em: <https://sites.ufop.br/nupedes/news/projeto-circula-agricultura-promove-feiras-semanais>. Acessado em: 18/11/2021.

PLOEG, J. **O sistema alimentar em tempos de Covid-19: ensinamentos para o futuro.** CEP, v. 22270, p. 070.

VIANA, F.; HOTT, A. **Desenvolvimento local e diversificação produtiva por meio da agricultura familiar: o caso do assentamento Cafundão, Mariana Minas Gerais.** Agronomia Jornadas Científicas - Volume 1, Cap. 29, 2020.

ANEXOS

Anexo 1: Roteiro de entrevista para os agricultores.

ROTEIRO ENTREVISTA - AFs

1. Nome do(a) agricultor(a)
2. Gênero
3. Endereço (localidade)
4. Qual a condição legal do(a) senhor(a)?
 - Agricultor familiar
 - Agricultor familiar associado
 - Agricultor familiar cooperado
 - Outro
5. Há quanto tempo o(a) senhor(a) dirige os trabalhos desse estabelecimento?
6. Qual a sua renda familiar antes da pandemia (em salários mínimos)? Houve aumento ou redução da renda familiar durante a pandemia?
7. Qual(is) a(s) fonte(s) de renda da família?
 - Exclusivamente da produção agropecuária
 - Da produção agropecuária e de outras fontes
8. Caso tenha outras fontes de renda além da produção agropecuária, citar qual(is) e a porcentagem de contribuição para a renda familiar.
9. Quantas pessoas (produtor e pessoas com laços de parentesco com o mesmo), trabalhavam no estabelecimento antes da pandemia? Houve aumento ou redução desse número?
10. Quais atividades eram desenvolvidas no estabelecimento antes da pandemia? Houve aumento ou redução da variedade dessas atividades?
11. Qual a quantidade média vendida de cada produto por mês? Houve alteração?
12. Qual a porcentagem da produção era destinada ao consumo familiar antes da pandemia? Houve alteração?
13. Qual o preço médio de cada produto por unidade antes da pandemia? Houve alteração?

- 14. Em quais mercados comercializa sua produção antes da pandemia? Houve alteração?**
- 15. Teve alguma experiência de comercialização pela internet?**
- 16. Qual a sua maior dificuldade para comercializar durante a pandemia? Teve dificuldade no transporte dos alimentos?**
- 17. Como avalia a sua situação econômica após o início da pandemia?**
- 18. O produtor ou membro familiar precisou de atendimento médico privado durante a pandemia? Qual o valor gasto com atendimento médico privado?**

Anexo 2: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) entregue aos entrevistados.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde)

Convidamos o(a) senhor(a) para participar da pesquisa “Efeitos da pandemia Covid 19 na Agricultura Familiar de Mariana em Minas Gerais/MG”, sob responsabilidade do pesquisador Iago Luciano Estevam Inácio, da Universidade Federal de Ouro Preto. Esta pesquisa tem como objetivos conhecer a dimensão, as características e o desempenho da agricultura familiar no município de Mariana com o início da pandemia Covid-19 e, com isso, auxiliar no estudo desta realidade e na orientação de ações de estímulo à agricultura familiar. Sua participação se dará mediante a um formulário contendo 18 perguntas. Os dados e as informações obtidas serão analisados pelo pesquisador e as análises serão divulgadas aos participantes e em publicações científicas.

Com sua participação na pesquisa, gostaríamos de compreender suas condições de vida, de produção e de comercialização de produtos oriundos da Agricultura Familiar. Gostaríamos de convidá-lo(a) a responder um questionário sobre o que produz e como produz, como comercializa, além de algumas perguntas sobre as condições de vida do(a) senhor(a) e de sua família no que se refere ao acontecimento da crise sanitária em 2020. Além disso, serão coletadas informações de localização da propriedade do(a)

senhor(a) visando produzir mapas sobre a produção nos municípios estudados. Os questionários respondidos e as informações coletadas serão arquivados em uma pasta ou “drive” digital da Universidade sob responsabilidade do pesquisador pelo período de cinco anos.

O(A) senhor(a) poderá desistir da participação e solicitar esclarecimentos sobre o trabalho a qualquer momento. Se depois de respondido o questionário, o(a) senhor(a) desistir de sua participação, suas respostas não serão utilizadas. Esta pesquisa traz riscos mínimos para seus participantes, podendo ocorrer que o(a) senhor(a) se sinta pouco à vontade para responder alguma(s) pergunta(s). Nesse caso, o(a) senhor(a) poderá simplesmente não responder à pergunta, interromper a entrevista ou mesmo desistir de sua participação a qualquer momento. Não desejamos que o senhor seja submetido a qualquer tipo de desconforto, risco ou que tenha qualquer tipo de prejuízo com a realização desta pesquisa.

Se o(a) senhor(a) concordar em participar da pesquisa, gostaríamos de marcar o horário e definir a melhor forma para a aplicação do questionário conforme sua preferência. Não é necessário que o senhor interrompa seu trabalho ou qualquer atividade e também não é necessário que o senhor se desloque para responder às questões. Devido à pandemia de COVID-19, será possível a aplicação do questionário remotamente, pela internet ou por telefone, caso o(a) senhor(a) concorde.

As informações obtidas nesta pesquisa serão utilizadas, exclusivamente, para estudo do pesquisador Iago Inácio e elaboração de seu Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Ciências Econômicas, se o(a) senhor(a) concordar em participar, não iremos divulgar qualquer informação pessoal, como nome, endereço e suas opiniões. Também não haverá qualquer tipo de pagamento aos participantes.

O(A) senhor(a) poderá solicitar esclarecimentos adicionais sobre este trabalho em qualquer momento ao pesquisador, à sua equipe e à Universidade. Para isso, o(a) senhor(a) pode nos consultar pessoalmente ou nos endereços e telefones abaixo:

Pesquisador responsável: Iago Luciano Estevam Inácio

Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICOSA

Endereço: Rua do Catete, 166, Centro, Mariana-MG, 35420-000

Telefones: (31) 982408244

E-mail: iago.inacio@hotmail.com

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICOSA

Endereço: Rua do Catete, 166, Centro, Mariana-MG, 35420-000

Caso deseje, o(a) senhor(a) poderá confirmar as informações da pesquisa ou solicitar esclarecimentos ao Conselho de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Ouro Preto. Este órgão tem a função de atestar o cumprimento das normas de ética nas pesquisas com seres humanos. O CEP pode ser consultado por meio do seguinte endereço, telefone ou e-mail:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de

Ouro Preto – UFOP

Centro de Convergência, Campus Universitário, UFOP, Morro do

Cruzeiro, Ouro Preto / Minas Gerais, 35.400-000.

Telefone: (31) 3559-1638


E-mail: cep.propp@ufop.edu.br


Anexo 3: Cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil, com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFOP (CEP/UFOP).

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

- DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Efeitos da pandemia Covid 19 na Agricultura Familiar de Mariana em Mnas Gerais.
 Pesquisador Responsável: MARISA ALICE SINGULANO ALVES
 Área Temática:
 Versão: 2
 CAAE: 50373821.1.0000.5150
 Submetido em: 11/10/2021
 Instituição Proponente:
 Situação da Versão do Projeto: Aprovado
 Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
 Patrocinador: Financiamento Próprio
 Principal:



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_1786169

- DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 2
- ↳ Pendência Documental (PD) - Versão 2
 - ↳ Currículo dos Assistentes
 - ↳ Documentos do Projeto
 - ↳ Comprovante de Recepção - Submis
 - ↳ Cronograma - Submissão 3
 - ↳ Folha de Rosto - Submissão 3
 - ↳ Informações Básicas do Projeto - Su
 - ↳ Orçamento - Submissão 3
 - ↳ Outros - Submissão 3
 - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investi
 - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Ju
 - ↳ Apreciação 3 - Universidade Federal de
- ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
<div style="display: flex; justify-content: space-between; border-bottom: 1px solid #ccc; padding-bottom: 5px;"> < > </div>				

- LISTA DE APRECIÇÕES DO PROJETO

Apreciação *	Pesquisador Responsável *	Versão *	Submissão *	Modificação *	Situação *	Exclusiva do Centro Coord. *	Ações
PO	MARISA ALICE SINGULANO ALVES	2	11/10/2021	30/10/2021	Aprovado	Não	